



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA**  
**CAMPUS AVANÇADO JOÃO PESSOA MANGABEIRA**

**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM SAÚDE DA FAMÍLIA**

Projeto Pedagógico do Curso (PPC)

**João Pessoa-PB**  
**Junho de 2025**

**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba  
Campus Avançado João Pessoa Mangabeira**

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM SAÚDE  
DA FAMÍLIA**

**João Pessoa-PB  
Junho de 2025**

**PRESIDENTE DA REPÚBLICA**  
Luís Inácio Lula da Silva

**MINISTRO DA EDUCAÇÃO**  
Camilo Santana

**SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA**  
Getúlio Marques Ferreira

**REITORA DO IFPB**  
Mary Roberta Meira Marinho

**PRÓ-REITOR DE ENSINO DO IFPB**  
Neilor César dos Santos

**PRÓ-REITOR DE PESQUISA, INOVAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO DO IFPB**  
Silvana Luciene do Nascimento Cunha Costa

**DIRETOR DO IFPB-CAMPUS MANGABEIRA**  
Zoraida Almeida de Andrade Arruda

**EQUIPE DE ELABORAÇÃO E SISTEMATIZAÇÃO DO PROJETO**

Amanda Haissa Barros Henriques  
Cecília Danielle Bezerra Olivveira  
Clarice Cesar Marinho Silva  
Danielle Chianca de Moraes Mendonça Rodrigues  
Danilo Augusto de Holanda Ferreira  
Dione Marques Figueiredo Guedes Pereira  
Gilmara Henriques Araújo  
Iria Raquel Borges Wiese  
Lucas Dias Soares Machado  
Maria Tereza de Souza Neves Da Cunha  
Meireluce Alexandre Cavalcante

**COORDENAÇÃO GERAL**

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO.....</b>	<b>4</b>			
<b>2</b>	<b>IDENTIFICAÇÃO DO CURSO.....</b>	<b>5</b>			
<b>3</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>6</b>			
	O CAMPUS AVANÇADO	JOÃO	PESSOA	7	
	MANGABEIRA.....				
	JUSTIFICATIVA	DE	OFERTA	DO	8
	CURSO.....				
	PREVISÃO DO CURSO NO PDI.....				12
<b>4</b>	<b>OBJETIVOS.....</b>	<b>13</b>			
	GERAL.....				12
	ESPECÍFICOS.....				12
<b>5</b>	<b>PERFIL PROFISSIONAL.....</b>	<b>14</b>			
<b>6</b>	<b>ORGANIZAÇÃO CURRICULAR E FUNCIONAMENTO.....</b>	<b>15</b>			
<b>7</b>	<b>CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS PARA AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM.....</b>	<b>19</b>			
<b>8</b>	<b>CERTIFICAÇÃO.....</b>	<b>22</b>			
<b>9</b>	<b>INFRAESTRUTURA.....</b>	<b>23</b>			
<b>10</b>	<b>CORPO DOCENTE.....</b>	<b>25</b>			
<b>11</b>	<b>CORPO</b>	<b>TÉCNICO-</b>	<b>27</b>		
	ADMINISTRATIVO.....				
<b>12</b>	<b>CORPO DISCENTE.....</b>	<b>28</b>			
<b>13</b>	<b>GESTÃO DO CURSO.....</b>	<b>29</b>			
<b>14</b>	<b>COLEGIADO.....</b>	<b>31</b>			
	REFERÊNCIAS				
	<b>ANEXO I – EMENTÁRIO DE DISCIPLINAS</b>				

## **1 IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO**

**CNPJ:** 10.783.898/0010-66

**RAZÃO SOCIAL:** Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba

**CAMPUS:** Avançado João Pessoa Mangabeira

**ESFERA ADMINISTRATIVA:** Federal

**E-mail:** campus\_mangabeira@ifpb.edu.br

**Site:** <http://www.ifpb.edu.br>

**Endereço:** Rua Euridice Felix Cabral

**Bairro:** Bancários

**Cidade:** João Pessoa – PB

**CEP:** 58.051-105

**Telefone:** (83) 99119-7136

## 2 IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

- **Nome do Curso:** Especialização em Saúde da Família
- **Área de Conhecimento (CAPES):** Saúde Coletiva (40600009)
- **Forma de Oferta:** Presencial
- **Número de Vagas:** 40 vagas anuais. Serão ofertadas 40 (quarenta) vagas, sendo 29 (vinte e nove) vagas (73,33%) para ampla concorrência, 8 (oito) (20%) destinadas a candidatos autodeclarados negros, pardos ou indígenas e 3 (três) vagas (6,66%) para Pessoas com Deficiência (PcD).
- **Turno:** O curso será realizado quinzenalmente, em dois dias por semana, com atividades distribuídas em três turnos (manhã, tarde e noite).
- **Público-alvo:** Profissionais com diploma de graduação em cursos da área de saúde e áreas afins.
- **Categoria:** Externo e Interno ao IFPB
- **Carga horária:** 360h
- **Período de duração:** 12 meses. O presente curso poderá ser ofertado anualmente, de acordo com a demanda, com a possibilidade de prorrogação máxima por até 6 meses, totalizando 18 meses. As disciplinas serão ministradas quinzenalmente, de maneira modular, de acordo com o calendário.

### **Coordenação do Curso:**

A coordenação do curso de pós-graduação *Lato Sensu* em Saúde da Família será exercida por servidores efetivos do quadro permanente do Campus Avançado João Pessoa Mangabeira do IFPB, com regime de trabalho de 40 horas ou dedicação exclusiva.

**Processo Seletivo:** O IFPB Campus Avançado João Pessoa Mangabeira irá instituir uma comissão de seleção de candidatos formada por docentes do curso. Os prazos e locais de inscrição e seleção, e de publicação dos resultados serão amplamente divulgados, juntamente com os procedimentos e documentos necessários para a seleção, por meio de edital.

### 3 INTRODUÇÃO

O Instituto Federal da Paraíba é uma instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e *multicampi* que possui como missão a oferta de educação profissional, tecnológica e humanística em todos os seus níveis e modalidades por meio do Ensino, da Pesquisa e da Extensão, na perspectiva de contribuir na formação de cidadãos para atuarem no mundo do trabalho e na construção de uma sociedade inclusiva, justa, sustentável e democrática (IFPB, 2015).

O IFPB, instituição centenária, recebeu ao longo de sua existência diferentes denominações: Escola de Aprendizes Artífices da Paraíba, de 1909 a 1937; Liceu Industrial de João Pessoa, de 1937 a 1961; Escola Industrial Coriolano de Medeiros ou Escola Industrial Federal da Paraíba, de 1961 a 1967; Escola Técnica Federal da Paraíba, de 1967 a 1999; Centro Federal de Educação Tecnológica da Paraíba, de 1999 a 2008; e, finalmente, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba com a Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008 (IFPB, 2015).

O Instituto Federal da Paraíba abrange todo o território paraibano, desde João Pessoa e Cabedelo, no litoral; passando por Guarabira, no brejo, Campus Campina Grande, no agreste, Picuí, no Seridó; Monteiro, no Cariri; até Patos, Princesa Isabel, Sousa e Cajazeiras, na região do sertão. Atualmente a instituição possui 22 unidades localizadas em todas as regiões do Estado (IFPB, 2015).

A instituição procura, ao interiorizar a educação tecnológica, adequar sua oferta de ensino, pesquisa e extensão primordialmente às necessidades estaduais. Ressalte-se que a localização geográfica da Paraíba permite que a área de influência do Instituto Federal se estenda além das divisas do estado. Assim, regiões mais industrializadas, como o grande Recife e Natal, têm historicamente solicitado profissionais formados pelo Instituto para suprir a demanda em áreas diversas. Por fim, além de desempenhar o seu próprio papel no desenvolvimento humano daqueles que fazem parte, o Instituto Federal da Paraíba atua em parceria com diversas instituições de ensino, pesquisa e extensão, no apoio às necessidades científico-tecnológicas de outras instituições da região. Essa atuação não se restringe ao estado da Paraíba, mas gradualmente vem se consolidando dentro do contexto macrorregional, delimitado pelos estados de Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte.

Com o advento da Lei nº 11.892/2008, o Instituto se consolida como uma instituição de referência em educação profissional na Paraíba. Além dos cursos, usualmente chamados de “regulares”, o Instituto desenvolve também um amplo trabalho de oferta de cursos de formação inicial e continuada e cursos de extensão, de curta e média duração, atendendo a uma expressiva

parcela da população, a quem são destinados também cursos técnicos básicos, programas e treinamentos de qualificação, profissionalização e reprofissionalização, para melhoria das habilidades de competência técnica no exercício da profissão. Em consonância com os objetivos e finalidades previstos na nova Lei, o Instituto desenvolve estudos com vistas a oferecer programas de treinamento para formação, habilitação e aperfeiçoamento de docentes da rede pública. Também atua fortemente na educação de jovens e adultos, por meio do Proeja, ProJovem, Programa Mulheres Mil e Pronatec, reconhecidos nacionalmente, ampliando o cumprimento da sua responsabilidade social (PDI IFPB, 2015).

Nesse sentido, além da oferta de cursos técnicos e superiores a Instituição destaca, entre seus objetivos a oferta de cursos de pós-graduação *lato sensu* de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento. Cursos desta modalidade, já vem sendo ofertados por diversos campi nas modalidades presencial e à distância.

### **O CAMPUS AVANÇADO JOÃO PESSOA MANGABEIRA**

O Campus Avançado João Pessoa Mangabeira é parte integrante do processo de expansão da Rede Federal e seu processo de instalação teve início no ano de 2014, com a nomeação de sua primeira gestora em 21/08/2014, para dirigir o processo de implantação desta nova unidade educacional do IFPB (IFPB, 2021). É importante destacar que o IFPB Campus Avançado João Pessoa Mangabeira, é o primeiro e único campus do Instituto Federal na Paraíba a ofertar cursos exclusivos na área da saúde.

Na ausência de sede própria, inicialmente, foi feita uma parceria junto ao Governo do Estado, onde o Campus funcionou na Escola Técnica Pastor João Gomes Pereira Filho, em João Pessoa-PB, até o primeiro semestre de 2019. A partir do segundo semestre de 2019 até os dias atuais, o Campus passou a funcionar na Escola Municipal de Ensino Fundamental Aruanda, no bairro dos Bancários, fruto de nova parceria, desta vez com a Prefeitura Municipal de João Pessoa (IFPB, 2021).

Paralelamente a esta ação de estruturação, em 2015, diversas reuniões aconteceram com vistas a definição do Curso a ser ofertado, culminando com o Curso Técnico em Cuidados de Idosos - subsequente, com a duração de 2 anos. A primeira turma, ingressa pelo Processo Seletivo de Cursos Técnicos (PSCT) 2016.1, foi mobilizada através da participação em programas de rádio, visitas a escolas estaduais, a instituições de saúde (postos/hospitais) e espaços públicos em geral (IFPB, 2021).

Desde a oferta de sua primeira turma, o Campus Avançado João Pessoa Mangabeira participa de editais da Assistência Estudantil, visando beneficiar o maior número de estudantes, no sentido de contribuir para a permanência e êxito em seus estudos (IFPB, 2021).

O compromisso com a qualidade do profissional a ser formado levou a gestão do Campus Avançado João Pessoa Mangabeira a buscar parcerias com Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPI), para o desenvolvimento de vivências práticas (IFPB, 2021).

Atualmente, o Campus Avançado João Pessoa Mangabeira oferta também o Curso de Formação Inicial Continuada (FIC) de Cuidador Infantil, com uma turma no turno vespertino e outra no turno noturno, formando, a cada semestre, cerca de 80 profissionais na área.

Desde a sua criação, a referida unidade desenvolve também atividades de pesquisa e extensão tendo seus fundamentos teóricos-filosóficos na educação popular, gratuita e de qualidade.

O Bairro de Mangabeira, *locus* do Campus Avançado João Pessoa Mangabeira, localiza-se na região sul do município de João Pessoa. Atualmente, consta como o bairro mais populoso da Paraíba (75.988 habitantes), possuindo área de 10,40 quilômetros quadrados e densidade demográfica de 7.306,54 hab/km<sup>2</sup>. O referido bairro mantém uma localização estratégica em relação aos bairros do Litoral Sul, em um raio de cinco quilômetros (IBGE, 2010).

Sua estrutura é composta por cerca de 33 escolas, cinco praças, uma feira livre e o 2º maior mercado público da cidade (atrás apenas do Mercado Central) e a 2ª maior avenida comercial da cidade, a Josefa Taveira (principal, dentre as três do Bairro). Estão presentes no bairro sedes de importantes referências em serviços, como: a Academia de Polícia Militar e Civil, DETRAN, Inmetro, Unidade Prisional de Segurança Média e Máxima, Companhia Estadual de Habitação Popular (Cehap), Escola Técnica Estadual, Casa da Cidadania, ESPEP, além de 2 restaurantes populares (IFPB, 2021).

Em relação ao aspecto “saúde”, foco do IFPB Campus Mangabeira, o bairro apresenta os seguintes destaques: o Centro de Atenção Integral à Saúde (CAIS), a sede do Distrito Sanitário III, o Complexo Hospitalar Humberto Nóbrega, que abrange o Centro de Ortopedia e Traumatologia (Ort trauma ou Trauminha) e o Pronto Atendimento em Saúde Mental (PASM), duas Farmácias Populares, o Centro de Especialidades Odontológicas (CEO), além de cerca de 26 Unidades de Saúde da Família. Os bairros adjacentes à Mangabeira (Valentina, Costa do Sol, Gramame e José Américo) também apresentam destaque no que diz respeito à saúde, ressaltando, assim, o potencial da área para a sua vocação local (IFPB, 2021).

## **JUSTIFICATIVA DE OFERTA DO CURSO**

O Curso de Especialização em Saúde da Família tem apoio na base legal garantida pelo Decreto nº 6.095 de 24/04/2007, o qual estabelece diretrizes para a criação de cursos de pós-graduação *lato sensu* de aperfeiçoamento e especialização visando à formação de especialistas para as diferentes áreas da educação profissional e tecnológica. Está fundamentado nos dispositivos legais que tratam dos cursos de Pós-

Graduação *lato sensu*, denominados cursos de especialização, a saber:

- Parecer CNE/CES nº. 142/2001 e Resolução nº 01, de 03 de abril de 2001, que estabelecem normas de funcionamento para cursos de pós-graduação;
- Na Resolução n.1, de 8 de junho de 2007, que estabelece normas para o funcionamento de cursos de pós-graduação *lato sensu*, em nível de Especialização;
- Lei n. 11.892, de 29 de dezembro de 2008 que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica; cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências, que permite a oferta de cursos de pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu*;
- Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017. Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional;
- Resolução nº 33, de 20 de dezembro de 2010, que estabelece normas para o funcionamento de cursos de pós-graduação *Lato Sensu* em nível de especialização.
- Resolução nº 1, de 6 de abril de 2018, que estabelece diretrizes e normas para a oferta dos cursos de pós-graduação *lato sensu* denominados cursos de especialização, no âmbito do Sistema Federal de Educação Superior, conforme prevê o Art. 39, § 3º, da Lei nº 9.394/1996, e dá outras providências.
- Parecer CNE/CES nº 476 de 08 de agosto de 2018, que propõe alteração do inciso I do artigo 2º da Resolução CNE/CES nº 1, de 6 de abril de 2018, que estabelece diretrizes e normas para a oferta dos cursos de pós-graduação *lato sensu* denominados cursos de especialização, no âmbito do Sistema Federal de Educação Superior.

Além de considerar os aspectos legais supracitados, vale a pena ressaltar que o referido curso é uma resposta à demanda da instituição e está inserido no Plano de Oferta de Cursos e Vagas (POCV). O curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Saúde da Família foi proposto a partir do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2020-2024, que já previa um curso de pós-graduação na área da saúde, pensando na qualificação dos profissionais de saúde que atuam na rede de Atenção Básica, bem como no fortalecimento da oferta de cursos no Campus Avançado João Pessoa Mangabeira. Vale ressaltar que o grupo de trabalho que desenvolveu esta proposta pertence à Área de Saúde Coletiva, por compor a grande área de Ciências da Saúde, cujo corpo docente do Campus Avançado João Pessoa Mangabeira integra. Além de possibilitar a qualificação a nível de pós-graduação, dos profissionais de saúde que atuam na rede de atenção básica da região. Ademais, o referido curso também já compõe o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), vigência 2020 a 2024 do IFPB

Considerando a Portaria nº18, de 7 de janeiro de 2019, que, estabelece as regras para o

cadastramento das equipes da Atenção Básica no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES), conforme diretrizes da Política Nacional de Atenção Básica (PNAB), é necessário que as equipes de Atenção Básica sejam compostas preferencialmente por médicos, enfermeiros e cirurgião-dentista com titulação de especialização em saúde da família, tendo em vista ser a Atenção Básica a principal porta de entrada e centro de comunicação de uma Rede de Atenção à Saúde (RAS), sendo também coordenadora do cuidado e ordenadora das ações e serviços disponibilizados nessa rede. (BRASIL, 2019).

Através da Lei Complementar Estadual da Paraíba nº 90, de 23 de setembro de 2009, a Região Metropolitana de João Pessoa é composta pelos Municípios de: Bayeux, Cabedelo, Conde, Cruz do Espírito Santo, João Pessoa, Lucena, Mamanguape, Rio Tinto, Santa Rita, Alhandra, Caaporã e Pitimbu, região esta que é composta por 288 unidades básicas de saúde cadastradas no CNES – Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde, ofertando serviços multiprofissionais a fim de fortalecer as ações e estratégias de prevenção de doenças e agravos e promoção à saúde das famílias (CNES NET, 2023), sendo imprescindível a formação e capacitação dos profissionais que atuam nesse espaço para atender ao perfil de atuação.

Soma-se a esses dados, o fato de que, atualmente, encontram-se atuando na Atenção Primária à Saúde na Paraíba 1.505 Equipes de Saúde da Família, que contam com o trabalho de 9.628 Agentes Comunitários de Saúde; 1.380 Equipes de Saúde Bucal e 287 equipes dos Núcleos Ampliados de Saúde da Família. Embora o Estado apresente uma das maiores coberturas populacionais do país, as equipes de saúde da família, trabalhadores, gestores municipais/estaduais e pesquisadores, são unâimes em reconhecer que boa parte dos trabalhadores compreendem a necessidade de mais momentos formativos para atuar na Atenção Primária à Saúde.

A construção de um Sistema Único de Saúde (SUS) público, democrático e participativo com qualidade e acessível a todos os cidadãos passa pela estruturação da Atenção Básica à Saúde que deve ser capaz de resolver e evitar a maioria dos problemas de saúde, funcionar como a principal porta de entrada de um sistema integral de cuidados à saúde, de modo a desenvolver e articular ações coletivas e intersetoriais que impactem nos determinantes do processo saúde-doença e melhorem a qualidade de vida e trabalho da população (Macinko; Mendonça, 2018).

A Política Nacional de Atenção Básica (PNAB), que explicita a Saúde da Família (SF) como modelo preferencial de reorganização da atenção primária no SUS, define atenção básica como “um conjunto de ações de saúde desenvolvidas em âmbito individual e coletivo que abrangem a promoção e proteção da saúde, prevenção de agravos, diagnóstico, tratamento, reabilitação e manutenção da saúde”.

Essas ações se desenvolvem por meio de uma equipe multidisciplinar, em um território geograficamente definido e com sua respectiva população, tornando-se o primeiro ponto de contato da população com o sistema de saúde (Pinto; Giovanella, 2018).

Para isso, faz-se necessário a formação de profissionais que entendam o processo saúde-doença, como resultante de um processo social, influenciado diretamente pelos determinantes sociais da saúde. Contudo, ainda se nota práticas individuais, fragmentadas e voltadas à cura das doenças.

Os avanços no âmbito da saúde são consideráveis, entretanto, o modo como se deu a expansão da Estratégia de Saúde da Família no Brasil - não garantindo os direitos trabalhistas e previdenciários dos trabalhadores e mantendo um importante grau de instabilidade no Sistema - e a ainda a forte presença do modelo biomédico neoliberal hegemônico - seja nas relações de trabalho, na relação público-privado, ou na finalidade e interesses que permeiam o processo de trabalho no âmbito das práticas cotidianas de saúde - colocam grandes desafios a serem enfrentados na gestão do trabalho e da educação na saúde, nas relações e vínculos de trabalho dos trabalhadores da Atenção Primária à Saúde e na transformação efetiva do Modelo Tecnoassistencial Hegemônico (Macinko; Mendonça, 2018).

Nessa direção, para que haja mudança nesse cenário, torna-se relevante investimento em qualificação profissional que possibilitem uma atuação que atenda a necessidade de saúde da população e que responda ao que é proposto pela Atenção Básica, que é um cuidado integral, longitudinal, resolutivo e centrado na pessoa.

Neste contexto, o curso permitirá que profissionais, atuantes nas equipes da Estratégia Saúde da Família de João Pessoa e região metropolitana, possam desenvolver formação específica na área em que atuam, melhorando assim a atenção à saúde da população e promovendo melhor capacidade de organização e gestão dos serviços e da política pública de saúde nos municípios.

Considerando que há carência de cursos deste nível com oferta gratuita e de qualidade nos municípios que compõem a Região Metropolitana de João Pessoa, bem como a necessidade de capacitação de profissionais atuantes na atenção básica e demais profissionais de saúde, interessados em obter formação na área de conhecimento, o IFPB Campus Avançado João Pessoa Mangabeira propõe este curso de especialização Lato Sensu em Saúde da Família.

A fim de atingir os objetivos deste PPC, buscou-se componentes curriculares que contribuam com a formação dos profissionais de saúde na área de saúde da família, de forma a possibilitar uma maior qualidade na assistência ofertada nos serviços de atenção básica, contribuindo para a consciência crítica e

o fortalecimento das ações assistenciais com uma visão holística, interdisciplinar e efetiva.

## **PREVISÃO DO CURSO NO PDI**

O PDI do IFPB 2020-2024 previu para o Campus Mangabeira, além de alguns cursos técnicos, uma especialização *lato sensu* que atendesse à demanda crescente de profissionais de saúde que se dedicam, em especial, à saúde da família. Embora ainda sem a possibilidade de oferta de cursos de graduação, o Campus Avançado João Pessoa Mangabeira atende estudantes já com alguma graduação prévia e faz parte de um conjunto de 21 campi onde grande parte destes já possui graduações ofertadas, o que nos chancela a possibilidade de oferta do curso em tela.

Com a criação do Plano de Oferta de Cursos e Vagas (POCV) pelo IFPB em 2020 surgiu a possibilidade de expansão da área de alcance do campus aproveitando sua capacidade laborativa oriunda dos docentes da área de saúde, em especial aqueles com perfil na área de enfermagem, somado à grande quantidade de espaços de saúde nos diferentes níveis de atenção (UBS, UPA, hospitais) existentes no entorno e ainda carentes de uma especialização na grande área que é a saúde da família. Nessa perspectiva, objetiva-se não apenas atender aos egressos que já possuem graduação em saúde, mas cumprir a função social do campus no tocante a contribuir para a formação, capacitação e qualificação de profissionais de saúde da grande João Pessoa e demais interessados.

## **4 OBJETIVOS**

### **GERAL**

Promover a capacitação do público-alvo em nível de especialização *lato sensu*, na área de saúde da família, estimulando a consciência crítica e contribuindo para construção de uma visão holística, interdisciplinar e efetiva nas ações assistenciais na atenção básica.

### **ESPECÍFICOS**

- Oportunizar a construção de conhecimentos sobre o cuidado em saúde da família, considerando os contextos biopsicossociais inerentes ao cuidado;
- Colaborar com a formação de profissionais que atuam ou pretendem atuar na assistência em saúde da família na atenção básica;
- Produzir conhecimentos interdisciplinares acerca dos cuidados em saúde da família na atenção básica;
- Habilitar profissionais para planejar cuidados interdisciplinares que promovam melhorias nas condições de saúde da família na atenção básica;
- Fortalecer o planejamento e a avaliação dos processos de trabalho na atenção básica.

## 5 PERFIL PROFISSIONAL

Profissionais com diploma de graduação em cursos da área de saúde e áreas afins.

O Curso de Especialização em Saúde da Família pretende formar um profissional ético, com visão ampla do cuidado em saúde da família, compromissado com a prevenção de doenças e agravos e promoção da saúde e bem-estar, a partir do planejamento e da implementação do cuidado interdisciplinar, de modo que contribua para os indicadores de saúde e qualidade da assistência na atenção básica.

Ao finalizar o curso de pós-graduação *Lato Sensu* em Saúde da Família, o profissional egresso será capaz de exercer funções referentes a:

- Atuar no planejamento e implementação do cuidado interdisciplinar em saúde da família;
- Adotar estratégias de promoção à saúde e prevenção de agravos e doenças no contexto de saúde da família;
- Avaliar intervenções no cuidado em saúde da família;
- Conhecer e aplicar conceitos relativos ao processo de trabalho, planejamento e avaliação em saúde na atenção básica;

## **6 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR E FUNCIONAMENTO**

O Curso tem carga horária total de 360 horas e está planejado em 3 (três) módulos sequenciais e obrigatórios, divididos em disciplinas teóricas. A duração total do curso é de 12 meses, podendo ser prorrogado por mais 6 meses para os casos previstos e aprovados em colegiado.

O módulo I tem carga horária de 120 horas e foi planejado para apresentar a base teórica dos conceitos de saúde e sociedade, a partir da discussão de conceitos sobre epidemiologia e organização das redes de atenção à saúde. O módulo II, com carga horária total de 110 horas, foi pensado para aprofundar temáticas específicas relacionadas ao processo de trabalho, planejamento e avaliação do cuidado em saúde da família na atenção básica, bem como as orientações para construção do trabalho de final de curso. O módulo III, com carga horária de 130 horas, é destinado à atenção multidisciplinar nas diversas áreas de cuidado inseridas na atenção básica.

Durante o curso serão ofertadas 18 disciplinas, com aulas quinzenalmente, nos três turnos e em dois dias por semana, a serem definidos em edital de seleção anual. Ressalta-se que, conforme necessidade, os horários poderão ser alterados a critério da coordenação e colegiado do curso. Os componentes curriculares serão na modalidade presencial.

O trabalho final de curso será desenvolvido durante os módulos II e III podendo ter seu prazo de execução e defesa prorrogado por mais seis meses, uma vez que a solicitação seja aprovada pelo colegiado do curso, desde que o prazo total para conclusão de todos os requisitos obrigatórios do curso não ultrapasse 18 meses a contar da data de matrícula. O aluno que não obtiver aprovação no trabalho final de curso neste prazo ou não obedecer aos prazos de entrega do mesmo, será automaticamente desligado do curso.

O quadro abaixo apresenta as disciplinas distribuídas pelos módulos que compõem o curso, suas respectivas cargas horárias e docentes responsáveis. O Anexo I apresenta as ementas e bibliografias das disciplinas.

Todo discente admitido no curso terá um docente orientador pertencente ao corpo docente do curso, definido em um prazo de até 60 (sessenta) dias após o início do curso, que orientará seu trabalho final de curso.

O orientador deverá apresentar titulação mínima de mestre. Cada orientador poderá ter o número máximo de 5 (cinco) orientandos. O discente ou orientador poderá solicitar por escrito a alteração do orientador, a qualquer tempo, desde que apresente justificativa, devendo essa solicitação ser aprovada pela Coordenação ou Colegiado do Curso.

**Módulo I**

<b>Unidade Curricular/Disciplina</b>	<b>Carga Horária</b>	<b>Docentes</b>
	<b>Total</b>	
Saúde e Sociedade I	30	Íria Raquel Borges Wiese
Saúde e Sociedade II	15	Maria Tereza de Souza Neves da Cunha
Redes de Atenção à Saúde	15	Dione Marques F. G. Pereira
Análise Situacional em saúde	15	Lucilla Vieira Carneiro
Saúde Baseada em Evidências	15	Maria Tereza de Souza Neves da Cunha
Epidemiologia I	15	Clarice César Marinho Silva
Epidemiologia II	15	Danilo Augusto de Holanda Ferreira
<b>Total CH Módulo I</b>	<b>120</b>	

**Módulo II**

<b>Unidade Curricular/Disciplina</b>	<b>Carga Horária</b>	<b>Docentes</b>
	<b>Tot al</b>	
Vigilância em Saúde	30	Danilo Augusto de Holanda Ferreira
Planejamento e Avaliação na Atenção Básica	30	Daiane Medeiros da Silva
Educação em Saúde e Práticas Pedagógicas em Serviços de Saúde	15	Dione Marques F. G. Pereira
Processo de Trabalho na Atenção Básica	20	Daniele de Souza Vieira
Orientação de Trabalho Final de Curso	15	Zoraida Almeida de A. Arruda
<b>Total CH Módulo II</b>	<b>110</b>	

### Módulo III

<b>Unidade Curricular/Disciplina</b>	<b>Carga Horária</b>	<b>Docentes</b>
	<b>Total</b>	
Atenção Multidisciplinar à Saúde da Criança	25	Daniele de Souza Vieira
Atenção Multidisciplinar à Saúde da Mulher	30	Cecília Danielle B. Oliveira
Atenção Multidisciplinar à Saúde do Adulto	30	Edivânia Felix dos Santos
Atenção Multidisciplinar à Saúde do Homem	15	Clarice César Marinho Silva
Atenção Multidisciplinar à Saúde do Idoso	15	Amanda Haissa Barros Henriques
Condutas Terapêuticas	15	Amanda Haissa Barros Henriques
<b>Total CH Módulo III</b>	<b>130</b>	

Onde: Total = Total de Carga Horária por disciplina  
 Total CH Módulo X = Total de Carga Horária no Módulo X

## 7 CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS PARA AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

O curso é regido pela Resolução nº 145-CS, de 17 de novembro de 2017 que dita as normas e procedimentos sobre cursos de pós-graduação *Lato Sensu* do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba.

O desempenho dos alunos deverá ser avaliado por diversos instrumentos avaliativos, a serem definidos pelos docentes responsáveis em cada disciplina e apresentados aos alunos no início de cada componente curricular dentro do cronograma elaborado. Entre os instrumentos de avaliação, que poderão ser utilizados no decorrer dos componentes curriculares, estão:

- Estudos dirigidos;
- Análises textuais, temáticas e interpretativas;
- Provas, relatório, seminários, estudos de caso;
- Elaboração de artigos e/ou materiais bibliográficos;
- Trabalhos escritos;
- Simulação realística
- Discussão de situações problemas;
- Outras atividades que o professor possa realizar de modo a avaliar seus estudantes em seu componente curricular e de acordo com as normas e padrões do IFPB.

De acordo com o Regulamento Geral dos Cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu* do IFPB, a avaliação será feita por componente curricular, incidindo sobre a frequência e sobre o desempenho.

O rendimento acadêmico de cada discente será expresso em notas ou conceitos de acordo com o exposto no quadro abaixo:

CONCEITOS	SÍMBOLOS	Nota
Excelente	A	De 90 a 100
Bom	B	De 80 a 89
Regular	C	De 70 a 79
Reprovado	D	Abaixo de 70

Quadro 1: Equivalência entre conceitos e notas

Será atribuído o conceito Reprovado (símbolo “D”) ao discente que:

I - Demonstrar conhecimento deficiente em qualquer disciplina;

II - E/ou, não atingir 75% de frequência em uma ou mais disciplinas, no caso de curso presencial.

Serão adotadas as siglas abaixo quando a média final do trabalho final de curso ou for expressa por nota ou conceito de acordo com o quadro abaixo:

Quadro 2: Siglas, significados e notas equivalentes

SIGLA	SIGNIFICADO	Nota
AD	Aprovado com distinção	De 90 a 100
AP	Aprovado	De 70 a 89
R	Reprovado	Abaixo de 70

Conforme a resolução nº 145-CS de 17 de novembro de 2017, se o pós-graduando obtiver o conceito Reprovado em qualquer disciplina, exceto em trabalho final de curso, e havendo a possibilidade de reoferta da(s) disciplina(s) e disponibilidade de vaga(s), dentro do prazo previsto para finalização do curso conforme PPC, o discente poderá solicitar formalmente à Coordenação do Curso a rematrícula na(s) disciplina(s). Caberá ao Colegiado deliberar sobre o deferimento dos pedidos de rematrícula.

Será desligado do curso o discente que se enquadrar em uma ou mais das seguintes situações:

- I - For reprovado mais de uma vez na mesma disciplina;
- II - For reprovado em mais de 25% do quantitativo de disciplinas;
- III - Não completar os requisitos do curso no prazo regulamentar;
- IV - Apresentar atitude gravíssima nos termos do disposto no código disciplinar discente do IFPB.

**Além da aprovação nas disciplinas, é necessário a defesa de trabalho final de curso, e envio de artigo decorrente desse trabalho, em coautoria com o orientador e coorientador (quando houver).**

O trabalho de conclusão de curso deve ser entregue no formato de artigo científico e deve haver defesa pública com banca composta pelo orientador e outros 2 membros, sendo um interno e outro externo ao curso. Caso o trabalho de conclusão de curso seja aprovado pela banca examinadora com a necessidade de ressalvas, o discente terá um prazo de 45 (quarenta e cinco) dias para realizar as alterações e entregar a versão final à Coordenação de Curso. O descumprimento desse prazo impossibilita a emissão do certificado de conclusão.

O candidato reprovado uma única vez no trabalho de conclusão de curso terá oportunidade a uma nova defesa em data a ser fixada pela Coordenação de Curso, com prazo máximo de 90

(noventa) dias, desde que não ultrapasse o prazo máximo de conclusão do curso.

## 8 CERTIFICAÇÃO

O IFPB, através do Campus Avançado João Pessoa Mangabeira, expedirá e procederá com o registro do certificado a que farão jus os discentes que tiverem cumprido os requisitos obrigatórios para conclusão do curso, quais sejam:

- I - Não apresentar pendência com a Secretaria de Pós-Graduação, ou órgão equivalente, ou com qualquer outra instância do IFPB (conforme Art. 44 da Resolução 145/2017/CONSUPER - Regulamento Geral dos cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu*);
- II - Lograr aprovação em todas as disciplinas (conforme Art. 44 da Resolução 145/2017/CONSUPER - Regulamento Geral dos cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu*);
- III - Obtiver frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária em cada disciplina do curso (conforme Art. 40 da Resolução 145/2017/CONSUPER - Regulamento Geral dos cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu*);
- IV - Tiver a monografia ou o trabalho de conclusão de curso aprovada, conforme a exigência da Coordenação de Curso (conforme Art. 40 da Resolução 145/2017/CONSUPER - Regulamento Geral dos cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu*);
- V - Apresentar documento de comprovação de submissão de artigo referente à Monografia ou TCC, (conforme Art. 40, Inciso II da Resolução 145/2017/CONSUPER - Regulamento Geral dos cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu*).
- VI - Após a apresentação do trabalho final, feitas as devidas correções, quando necessárias, encaminhar à Coordenação de Curso e à biblioteca do campus, 01 (uma) cópia impressa e encadernada em capa dura com lombada e 01 (uma) cópia digital (Conforme o artigo 41, Inciso VII da Resolução 145/2017/CONSUPER - Regulamento Geral dos cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu*).

Para a expedição do certificado de conclusão do curso de pós-graduação *lato sensu*, a documentação comprovando os requisitos listados acima (a exemplo do nada consta da Biblioteca, da declaração de defesa e entrega das correções do trabalho final de curso e comprovante de submissão de artigo) deverá ser encaminhada à Coordenação de Pós-graduação do Campus Avançado João Pessoa Mangabeira ou órgão equivalente, pela coordenação de Curso, de acordo com o trâmite estabelecido no fluxo para emissão de certificados *lato sensu* do IFPB (NOTA TÉCNICA DPG/PRPIPG/RE nº 001/2016).

## INFRAESTRUTURA

Todas as áreas acima citadas poderão ser utilizadas pela equipe da especialização em educação ambiental e sustentabilidade, mas serão utilizados diretamente pelo curso as seguintes estruturas:

- 01 laboratório de informática
- 01 sala de aula
- 03 laboratórios
- 01 Sala de leitura/estudo
- 01 sala de coordenação de curso

O campus Avançado João Pessoa Mangabeira funciona de forma compartilhada com a Escola Municipal Aruanda e dispõe atualmente da seguinte infraestrutura:

Dependências	Unidades
Área Administrativa	01
Quadra esportiva	01
Área de lazer e estacionamento (descoberto)	01
Salas de Aula	06
Auditório	01
Banheiros (instalações sanitárias)	12
Biblioteca	01
Refeitório	01
Sala de Professores	01
Laboratórios	02
Almoxarifado	01

Importante destacar que essa é a estrutura mínima utilizada pelo campus dentro das instalações da Escola Aruanda. O prédio possui outras dependências que podem ser utilizadas pelo campus quando houver necessidade, a exemplo de possíveis demandas provenientes do Curso de Especialização *Lato Sensu* em Saúde da Família. Todavia, os principais espaços a serem utilizados serão:

- Salas de aula;
- Laboratórios;

- Biblioteca;  
-Sala administrativa/ Coordenação do curso.

## 9 CORPO DOCENTE

O curso conta, inicialmente, com a participação de 11 docentes efetivos com lotação no campus Avançado João Pessoa Mangabeira. A carga horária estimada de cada um deles no curso de especialização está descrita no Anexo II deste documento.

Quadro 3: Corpo docente para atuação no curso.

Docente	Maior titulação	Ano de obtenção	Link para currículo <i>Lattes</i>
Amanda Haíssa Barros Henriques	Mestra	2015	<a href="http://lattes.cnpq.br/0023821296684856">http://lattes.cnpq.br/0023821296684856</a>
Cecília Danielle Bezerra Oliveira	Doutora	2019	<a href="http://lattes.cnpq.br/7769261540123405">http://lattes.cnpq.br/7769261540123405</a>
Clarice César Marinho Silva	Doutora	2019	<a href="http://lattes.cnpq.br/6954459585712770">http://lattes.cnpq.br/6954459585712770</a>
Daniele de Souza Vieira	Doutora	2022	<a href="http://lattes.cnpq.br/0575145289677143">http://lattes.cnpq.br/0575145289677143</a>
Edivania Felix dos Santos	Mestra	2015	<a href="http://lattes.cnpq.br/8969537232692074">http://lattes.cnpq.br/8969537232692074</a>
Danilo Augusto de Holanda Ferreira	Mestre	2014	<a href="http://lattes.cnpq.br/8143665582567794">http://lattes.cnpq.br/8143665582567794</a>
Dione Marques Figueiredo Guedes Pereira	Doutora	2020	<a href="http://lattes.cnpq.br/6298358546908287">http://lattes.cnpq.br/6298358546908287</a>
Iria Raquel Borges Wiese	Doutora	2017	<a href="http://lattes.cnpq.br/4808897684351861">http://lattes.cnpq.br/4808897684351861</a>
Lucilla Vieira Carneiro	Mestre	2012	<a href="http://lattes.cnpq.br/0664003578513554">http://lattes.cnpq.br/0664003578513554</a>

Daiane Medeiros da Silva	Doutor	2017	<a href="http://lattes.cnpq.br/1100157777650">http://lattes.cnpq.br/1100157777650</a> <u>993</u>
Maria Tereza de Souza Neves da Cunha	Doutora	2014	<a href="http://lattes.cnpq.br/6427066688819">http://lattes.cnpq.br/6427066688819</a> <u>223</u>
Zoraida Almeida de Andrade Arruda	Mestra	2012	<a href="http://lattes.cnpq.br/4776809037248">http://lattes.cnpq.br/4776809037248</a> <u>386</u>

## 10 CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

Abaixo são listados os servidores técnicos administrativos em atuação no campus Avançado João Pessoa Mangabeira

Quadro 4: Pessoal técnico-administrativo de apoio.

Funcionário (A)	Função   Atribuição	Formação   Titulação
Hirla Carla Lima Amorim	Auxiliar Administrativo	Gastronomia/Especialista
Meireluce Alexandre Cavalcante	Técnico de Laboratório/Área	Engenheira de alimentos/ Especialista
Fabiana Lopes do Nascimento	Bibliotecária	Mestre
Gilmara Henriques Araújo	Técnico em Assuntos Educacionais	Biologia/Mestre
Jonathas Azevedo de Lemos	Técnico de Tecnologia da Informação	Tecnólogo em Redes de Computadores/Graduado
Cláudia Carneiro de Azevedo	Técnico de Laboratório/ Fiscal e Gestão de contratos	Farmácia/Mestre
Rosane Padilha da Cruz	Assistente em Administração/ Fiscal e Gestão de contratos	Direito/Contabilidade/Especialista

## 11 CORPO DISCENTE

O curso de Especialização *lato sensu* em Saúde da Família destina-se a portadores de diploma de nível superior, na área de saúde e afins, devidamente reconhecido e registrado nos órgãos competentes, funcionários da iniciativa pública ou privada, profissionais liberais e autônomo, ligados a organizações não governamentais, interessados em obter formação em saúde da família.

O acesso está condicionado a processo de seleção anual, conveniado ou aberto ao público e desenvolvido conforme predefinição prevista em edital a ser lançado pelo campus Avançado João Pessoa Mangabeira, de acordo com orientações da Pró-Reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação. Havendo convênio firmado entre o IFPB e instituições públicas, o número de vagas destinadas à entidade conveniada será definido no mesmo edital.

Além dos requisitos previstos, o acesso ao curso de Especialização *Lato Sensu* em Saúde da Família deverá contemplar as seguintes políticas afirmativas:

- a) No mínimo 20% (vinte por cento) das vagas para os cursos ofertados são destinadas aos autodeclarados pretos, pardos ou indígenas, de acordo com a Resolução IFPB *Ad Referendum* nº 29, de 01 de setembro de 2017.
- b) Considerando a Lei 13.146/2015, que trata sobre o Estatuto da Pessoa com Deficiência, e visando democratizar o acesso ao ensino superior por este público, em consonância com o PDI do IFPB e com que está previsto na Resolução IFPB *Ad Referendum* nº 29, de 01 de setembro de 2017, será reservada, em cada processo seletivo para ingresso por curso e turno, 5% (cinco por cento) das vagas, de ampla concorrência, para Pessoas com Deficiência.
- c) Outros percentuais poderão ser reservados de acordo com convênios ou especificidades previstas em edital.

## 12 GESTÃO DO CURSO

A Coordenação do curso de Especialização *lato sensu* em Saúde da Família será exercida por um docente ou profissional da carreira superior com formação na área específica do curso, com titulação de mestre ou doutor, pertencente ao quadro permanente da instituição, nomeado pelo Diretor-Geral do campus, após consulta ao Colegiado de Curso para um mandato de 02 (dois) anos, permitida a recondução por mais um mandato.

Na ausência do Coordenador de Curso, o mesmo será substituído por servidor nomeado para esse fim, designado pela Direção Geral, que cumpra os requisitos acima descritos.

Compete ao Coordenador de Curso:

- I - Coordenar, supervisionar e tomar as providências necessárias para o funcionamento do curso;
- II - Verificar o cumprimento das ementas e da carga horária das disciplinas do curso;
- III - Estabelecer mecanismos adequados de orientação acadêmica aos discentes do curso;
- IV - Designar os docentes que atuarão como orientadores do trabalho final e tomar outras providências para este fim;
- V - Participar da elaboração dos editais dos processos seletivos à pós-graduação junto ao órgão competente da instituição;
- VI - Convocar e presidir as reuniões do Colegiado do Curso;
- VII - Encaminhar os processos e deliberações do Colegiado de Curso às autoridades competentes;
- VIII - Participar da seleção de candidatos;
- IX - Dar ciência aos candidatos do resultado do julgamento dos pedidos de admissão, após a aprovação;
- X - Encaminhar à Secretaria de Pós-Graduação, ou órgão equivalente, a relação dos candidatos em condições de receber certificados de pós-graduação;
- XI - Convocar reuniões com discentes do curso;
- XII - Participar da reestruturação curricular, quando necessário;
- XIII - Elaborar relatório acadêmico e administrativo do curso e encaminhar aos órgãos competentes para aprovação.

Em seu início o curso terá como coordenador e vice-coordenador os docentes:

## **COORDENAÇÃO**

Nome: Edivânia Felix dos Santos

Titulação: Mestrado

Regime de Trabalho: Dedicação exclusiva

Experiência acadêmica e Profissional: Foi preceptora de estágio curricular da graduação e residência multiprofissional pelo SUS. Foi enfermeira da Estratégia de Saúde da Família no município de Jaboatão dos Guararapes/PE e enfermeira da atenção primária à saúde no município de Indaiatuba/SP. Atua principalmente nos temas: Enfermagem em Telessaúde, Saúde digital; Enfermagem em Atenção primária à saúde; Enfermagem e Redes de Atenção à Saúde.

Link para currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8969537232692074>

## **VICE – COORDENAÇÃO**

Nome: Daniele de Souza Vieira

Titulação: Doutorado

Regime de Trabalho: Dedicação exclusiva

Experiência acadêmica e Profissional: Integrante do Grupo de Estudo em Saúde da Criança e do Adolescente na Atenção Primária (GESCAAP). Atuando principalmente nos seguintes temas: Saúde da Criança, Vigilância do crescimento e desenvolvimento infantil, Consulta de puericultura, Processo de trabalho, Educação permanente, Caderneta da criança e Atenção Primária à Saúde.

Link para currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0575145289677143>

## 13 COLEGIADO

De acordo com a Resolução nº 145-CS/IFPB, de 17 de novembro de 2017 a administração dos cursos de pós-graduação *lato sensu* far-se-á pelo Colegiado de Curso como órgão deliberativo, no âmbito de sua competência, e da Coordenação de Curso como órgão executivo.

O Colegiado do Curso de pós-graduação é responsável pela supervisão das atividades didáticas, pelo acompanhamento do desempenho docente e pela deliberação de assuntos referentes aos discentes do curso, dentro da instituição. O colegiado deverá ser constituído por 05 (cinco) membros titulares, sendo:

I - O Coordenador do Curso de pós-graduação *lato sensu*, como presidente;

II - 03 (três) representantes do corpo docente do Curso de pós-graduação *lato sensu*;

III - 01 (um) representante do corpo discente que esteja regularmente matriculado no Curso. Os representantes dos docentes, que deverão ser servidores efetivos da instituição, serão escolhidos, pelos pares, em reunião do corpo docente do curso de pós-graduação em educação ambiental e sustentabilidade, convocados previamente para este fim e terão mandato de 2 anos, podendo haver recondução por igual período. Já os representantes dos discentes (titular e suplente) serão eleitos por seus pares em reunião, convocados previamente para este fim, e terão mandato de 01 (um) ano. Ressalta-se que haverá suplentes para o corpo docente e discente.

O Colegiado do Curso de pós-graduação *lato sensu* reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por semestre ou, extraordinariamente, por convocação do Coordenador de Curso ou atendendo ao pedido de pelo menos 1/3 (um terço) dos seus membros. O quórum mínimo para realização de reunião do Colegiado do Curso será da maioria absoluta (metade mais um) dos seus membros.

Conforme a Resolução nº 145-CS/IFPB, de 17 de novembro de 2017 são competências do Colegiado do Curso de pós-graduação *lato sensu*:

I - Estabelecer o perfil profissional e a proposta pedagógica do curso;

II - Elaborar as normas de funcionamento do curso de pós-graduação *lato sensu*, visando garantir sua qualidade didático-pedagógica;

- III - Elaborar e avaliar o currículo do curso e propor alterações, quando necessárias;
- IV - Avaliar e aprovar os planos de ensino das disciplinas do curso, propondo alterações quando necessárias;
- V - Deliberar sobre os pedidos de aproveitamento de disciplinas de cursos de pós-graduação;
- VI - Avaliar as questões de ordem disciplinar ocorridas em turmas do curso de pós-graduação *lato sensu*;
- VII - Deliberar, em grau de recurso, sobre decisões do Coordenador de Curso;
- VIII - Aprovar propostas e planos do Coordenador para a política acadêmica e administrativa do curso, bem como os relatórios por ele elaborados;
- XI - Elaborar o edital de seleção para ingresso no curso e encaminhar à Coordenação de Pós-Graduação do campus, ou órgão equivalente, para publicação;
- X - Deliberar sobre os assuntos acadêmicos, curriculares e escolares do curso;
- XI - Decidir sobre a composição das bancas examinadoras;
- XII - Julgar pedidos de prorrogação de prazos para defesa de monografia ou trabalho de conclusão de curso;
- XIII- Exercer outras atribuições que requererem decisão coletiva pertinentes ao curso.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei 8.948, de 08 de dezembro de 1994. Dispõe sobre a instituição do Sistema Nacional de Educação Tecnológica. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8948.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8948.htm) . Acesso em: 15 out. 2020.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases nº 9.394, de 20 /12/1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm) Acesso em 29. Jul. 2023.

BRASIL. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a Educação Ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 28 abr. 1999.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. CES nº 1, de 3 de abril de 2001. Estabelece normas para o funcionamento de cursos de pós-graduação. Diário Oficial da União, Seção 1, p. 12, Brasília, 9 de abril de 2001. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/conaes-comissao-nacional-de-avaliacao-da-educacao-superior/323-secretarias-112877938/orgaos-vinculados-82187207/12899-pos-graduacao-normativos> Acesso em 12. Jul. 2020.

BRASIL. Decreto nº 6.095 de 24 de abril de 2007. Estabelece diretrizes para o processo de integração de instituições federais de educação tecnológica, para fins de constituição dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia - IFET, no âmbito da Rede Federal de Educação Tecnológica. Diário Oficial da União, 25 de abril de 2007. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2007-2010/2007/decreto/d6095.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2007/decreto/d6095.htm) Acesso em 27. Jul. 2020.

BRASIL. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm) Acesso em: 27. Jul. 2020.

BRASIL. Plano Nacional de Educação. Disponível em <http://pne.mec.gov.br/> Acesso em 29. set. 2023.

BRASIL. Portaria nº 18, de 07 de janeiro de 2019. Estabelece regras para o cadastramento das equipes da Atenção Básica no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES), conforme diretrizes da Política Nacional de Atenção Básica. Disponível em [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/sas/2019/prt0018\\_10\\_01\\_2019.html](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/sas/2019/prt0018_10_01_2019.html) Acesso em 20 de ago 2023.

CNESNET. Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde. Disponível em <http://cnes.datasus.gov.br/pages/consultas.jsp>. Acesso em 20 ago 2023.

PINTO, L.F, GIOVANELLA L. Do Programa à Estratégia Saúde da Família: expansão do acesso e redução das internações por condições sensíveis à atenção básica (ICSAB). Ciência & Saúde Coletiva, 23(6):1903-1913, 2018.

IBGE. Censo Demográfico 2010 – Amostra: Resultados Gerais. IBGE, 2010. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/resultados.html>

IFPB. Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI 2015-2019. Disponível em [http://editor.ifpb.edu.br/institucional/pdi/PDI\\_2015\\_2019.pdf/view](http://editor.ifpb.edu.br/institucional/pdi/PDI_2015_2019.pdf/view). Acesso em 10. Out. 2020

IFPB. Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI 2020-2024. Disponível em [https://www.ifpb.edu.br/transparencia/documentos-institucionais/documentos/pdi\\_ifpb20202024.pdf](https://www.ifpb.edu.br/transparencia/documentos-institucionais/documentos/pdi_ifpb20202024.pdf). Acesso em 29. set. 2023.

MACINKO, J.; MENDONÇA, C. S. Estratégia Saúde da Família, um forte modelo de Atenção Primária à Saúde que traz resultados. Saúde em Debate [online]. 2018, v. 42, n. spe1, pp. 18-37. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0103-11042018S102>>. Acesso em 05. nov. 2024.

## ANEXO I - EMENTÁRIO DE DISCIPLINAS

Componente Curricular 01	Carga Horária Total
Saúde e Sociedade I	30h
<b>EMENTA</b>	
<p>A construção do Sistema Único de Saúde numa perspectiva histórica. A organização social e sua influência no processo saúde-doença. Modelos conceituais em saúde: modelo biomédico, determinação social da doença e promoção da saúde. Políticas de saúde dos grupos minoritários. A situação de saúde no Brasil.</p>	
<b>REFERÊNCIAS</b>	
<p><u>Bibliografia Básica:</u></p> <p>BOUSQUAT, A.; AKERMAN, M.; MENDES, A.; LOUVISON, M.; FRAZÃO, P., &amp; NARVAI, P. C. Pandemia de covid-19: o SUS mais necessário do que nunca. <b>Revista USP</b>, 1(128), 13-26, 2021.</p> <p>BUSS, P. M.; PELLEGRINI FILHO, A. A saúde e seus determinantes sociais. <b>Physis: Rev. Saúde Coletiva</b>, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, p. 77–93, 2007.</p> <p>CEBALLOS, Albanita Gomes da Costa. <b>Modelos conceituais de saúde, determinação social do processo saúde e doença, promoção da saúde</b>. Recife: UNASUS/UFPE [s.n.], 2015.</p> <p>LIMA, Nísia Trindade <i>et al.</i> (orgs.). <b>Saúde e democracia: história e perspectivas do SUS</b>. 2005. Reimpressão, Rio de Janeiro: Fiocruz, 2015.</p> <p>SANTOS, Nelson Rodrigues dos. <b>SUS e Estado de bem-estar social: perspectivas pós-pandemia</b>. São Paulo: Hucitec, 2022.</p>	
<p><u>Bibliografia Complementar:</u></p> <p>BRASIL. Ministério da Saúde (MS). Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. <b>Políticas de promoção da equidade em saúde</b>. Brasília: MS, 2013.</p> <p>BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa.</p>	

Departamento de Apoio à Gestão Participativa e ao Controle Social. **Política Nacional de Saúde Integral da População Negra**: uma política para o SUS / Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Departamento de Apoio à Gestão Participativa e ao Controle Social. – 3. ed. – Brasília : Editora do Ministério da Saúde, 2017.

BRASIL. Fundação Nacional de Saúde. **Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas**. - 2<sup>a</sup> edição - Brasília: Ministério da Saúde. Fundação Nacional de Saúde, 2002.

FERREIRA, B. DE O.; NASCIMENTO, M.. A construção de políticas de saúde para as populações LGBT no Brasil: perspectivas históricas e desafios contemporâneos. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 27, n. 10, p. 3825–3834, out. 2022.

MENDES, A. M; LEITE, M. S.; LANGDON, E. J.; GRISOTTI, M. O desafio da atenção primária na saúde indígena no Brasil. **Rev Panam Salud Publica**, 2018, 42:e184.

NARVAI, Paulo Carpel. **SUS**: uma reforma revolucionária – para defender a vida. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.

PAIM, J. S. Modelos de atenção à saúde no Brasil. In: GIOVANELLA, L.; ESCOREL S.; LOBATO, L.V. C.; NORONHA J. C.; CARVALHO A. I. (organizadores). **Políticas e sistemas de saúde no Brasil**. 3<sup>a</sup> Reimpressão. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/Centro Brasileiro de Estudos de Saúde, 2017.

PAIM, J. S. Sistema Único de Saúde (SUS) aos 30 anos. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 23, n. 6, p. 1723–1728, jun. 2018.

Componente Curricular 02	Carga Horária Total
Saúde e Sociedade II	15h
<b>EMENTA</b>	
Atenção Primária à Saúde numa perspectiva histórica. Os modelos de Atenção Primária à Saúde, Atenção Básica e Estratégia Saúde da Família.	
<b>REFERÉNCIAS</b>	
<u>Bibliografia básica:</u>	
ANDRADE, L. O. M.; BARRETO, I. C. H. C.; BEZERRA, R. C. Atenção Primária da Saúde e a Estratégia Saúde da Família. In: CAMPOS, G. W. de S. et al. (Orgs.). <b>Tratado de saúde</b>	

**coletiva.** 2<sup>a</sup> ed. São Paulo: Hucitec, 2017. p. 783-836.

**BRASIL.** Conselho Nacional de Secretários de Saúde. **A Atenção Primária e as Redes de Atenção à Saúde** / Conselho Nacional de Secretários de Saúde. – Brasília: CONASS, 2015.

**BRASIL. Portaria nº 2.436, de 21 de setembro de 2017.** Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Brasília-DF: MInistério da Saúde, 2017.

Disponível em:

[https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prt2436\\_22\\_09\\_2017.html](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prt2436_22_09_2017.html). Acesso em: 02 Dezembro 2024.

**BRASIL.** Ministério da Saúde. Saúde da Família: uma estratégia para a reorientação do modelo assistencial. Brasília, DF, 1997.

**PAIVA, Carlos Henrique Assunção; PIRES-ALVES.** **Atenção Primária à Saúde:** uma história brasileira. São Paulo: Hucitec, 2021.

#### Bibliografia Complementar

**COSTA, E. M. A.; CARBONE, M. H.** **Saúde da Família:** uma abordagem multidisciplinar. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Rubio, 2009.

**FAUSTO, M. C. R.; MATTIA, G. C.** Atenção primária à saúde: histórico e perspectivas. In: **MOROSINI, M. V. G. C; CORBO, A. A.** Modelos de atenção e a saúde da família. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2007, p.43-67.

**GIOVANELLA, L.; FRANCO, C. M.; ALMEIDA, P. F. DE.** Política Nacional de Atenção Básica: para onde vamos? **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, n. 4, p. 1475–1482, abr. 2020.

**MACINKO J, MENDONÇA CS.** Estratégia Saúde da Família, um forte modelo de Atenção Primária à Saúde que traz resultados. **Saúde em Debate**, 2018, 42(n. esp. 1):18-37.

**MOROSINI, M. V. G. C; CORBO, A. A.** **Modelos de atenção e a saúde da família.** Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2007.

Componente Curricular 03	Carga Horária Total
Redes de Atenção à Saúde	15h
<b>EMENTA</b>	

Atenção Básica como ordenadora do cuidado em saúde no SUS. Redes de Atenção à Saúde. Saúde mental na atenção básica. Abordagens sobre Linhas do cuidado: linhas de cuidado no SUS; linha do cuidado integral em saúde; itinerários terapêuticos.

## **REFERÊNCIAS**

### Referência Básica:

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Política Nacional de Atenção Básica/Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. – Brasília : Ministério da Saúde, 2012.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Implantação das Redes de Atenção à Saúde e outras estratégias da SAS. Brasília, DF: MS, 2014. Disponível em: [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/implantacao\\_redes\\_atencao\\_saude\\_sas.pdf](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/implantacao_redes_atencao_saude_sas.pdf).

BRASIL. Portaria nº 2.436, de 21 de setembro de 2017. Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, 2017.

MENDES, E. V. As redes de atenção à saúde. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2011

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DE SAÚDE. As redes de atenção à saúde. Brasília, DF: Organização Pan - Americana de Saúde, 2011.

UNA-SUS. Universidade Aberta do SUS. Redes de atenção à saúde: a atenção à saúde organizada em redes/Nerícia Regina de Carvalho Oliveira (Org.), São Luís, 2015.

### Referência Complementar:

ALMEIDA, P. F. et al.. Coordenação do cuidado e Atenção Primária à Saúde no Sistema Único de Saúde. Saúde em Debate, v. 42, n. spe1, p. 244–260, set. 2018.

ALMEIDA P. F.; SANTOS, A. M. Diálogos em busca de coordenação do cuidado: linha de

chegada ou novo itinerário. In: Almeida PF, Santos AM, Souza MKB, organizadores. Atenção Primária à Saúde na coordenação do cuidado em Regiões de Saúde. Salvador: Edufba. 2015. p. 277-303.

BARRAGÁN BECHARA J.C.; RIAÑO CASALLAS M.I.; MARTÍNEZ M. Redes integradas de servicios de salud: hacia La construcción de un concepto. Universidad Salud 2012; 14(2):186-196.

BOUSQUAT. A.; GIOVANELLA, L.; CAMPOS S. E. M., et al. Atenção primária à saúde e coordenação do cuidado nas regiões de saúde: perspectiva de gestores e usuários. Ciênc. Saúde Colet. [internet]. 2017.

DEMÉTRIO, F.; SANTANA, E. R. DE; PEREIRA-SANTOS, M.. O Itinerário Terapêutico no Brasil: revisão sistemática e metassíntese a partir das concepções negativa e positiva de saúde. Saúde em Debate, v. 43, n. spe7, p. 204–221, 2019.

FRANCO, T.B & Magalhães Jr., H.. A Integralidade e as Linhas de Cuidado. In: Merhy, E.E. et al. O Trabalho em Saúde: Olhando e Experienciando o SUS no Cotidiano. 4<sup>a</sup> ed. Hucitec, São Paulo, 2007.

GAMA, C. A. P. DA . et al.. Os profissionais da Atenção Primária à Saúde diante das demandas de Saúde Mental: perspectivas e desafios. Interface - Comunicação, Saúde, Educação, v. 25, p. e200438, 2021.

Marques E, Arretche M. Condicionantes locais da descentralização das políticas de saúde. Cad CRH 2003; 39:55-81.

TOFANI, L. F. N. et al. Caos, organização e criatividade: Revisão integrativa sobre as redes de atenção à saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 26, p. 4769- 4782, 2021.

VIACAVA F., OLIVEIRA RAD, CARVALHO CC, LAGUARDIA J, BELLIDO JG. SUS: oferta, acesso e utilização de serviços de saúde nos últimos 30 anos. Cien Saude Colet 2018; 23(6):1751-1762.

Componente Curricular 04	Carga Horária Total
Análise Situacional em Saúde	15h

## EMENTA

Finalidade central possibilitar visitas às comunidades com suas lideranças e famílias com o objetivo de desenvolver a escuta e o vínculo através de uma prática comum aos diversos profissionais da saúde. Ainda neste componente o aluno tem como objetivo central a aprendizagem de como realizar um diagnóstico local participativo utilizando-se de indicadores demográficos, sociais e de saúde. Visitas com intuito de mapear o território da comunidade, como por exemplo, os espaços sociais como escolas, igrejas, unidades de saúde, associações etc. Trabalho Prático: QUESTÃO GERADORA: Qual a situação da ESF/APS em seu serviço ou sua realidade?

## REFERÊNCIAS

### Referência Básica:

BARBOSA, D. V. S.; BARBOSA, N. B.; ESTELA, N. Regulação em Saúde: desafios à governança do SUS. Cad. Saúde Colet. Rio de Janeiro, v. 24, n. 1, p. 49-54, 2016.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 1.559/2006, de 01 de agosto de 2008. Institui a Política Nacional de Regulação do Sistema Único de Saúde – SUS. Brasília: Ministério da Saúde, 2008.

COLUSSI, C. F.; PEREIRA, K. G. Territorialização como instrumento do planejamento local na Atenção Básica [Recurso eletrônico] / Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis: UFSC, 2016.

FARIA, R. M. DE. A territorialização da Atenção Básica à Saúde do Sistema Único de Saúde do Brasil. Ciência & Saúde Coletiva, v. 25, n. 11, p. 4521–4530, nov. 2020.

GONDIM, G. M. M.; MONKEN, M. O uso do território na Atenção Primária à Saúde / The use of territory in Primary Health Care. In: MENDONÇA, M. H. M.; MATTA, G. C.; GONDIM, R.; GIOVANELLA, L. Atenção primária à saúde no Brasil: conceitos, práticas e pesquisa. Rio de Janeiro, Fiocruz, 2018. p.143-176.

### Referência Complementar:

PEREIRA, J. C.; ALVES, E. V. da C.; DIAS, A. R.; LACERDA, D. A. L. de . A territorialização como instrumento para formação em saúde a partir de uma experiência de extensão popular. *Revista de Educação Popular*, Uberlândia, MG, p. 233–241, 2020.

RIBEIRO AM, ALBUQUERQ IM, CAVALCANTE AP, AGUIAR NT, SANTOS FD, CUNHA CG. Territorialização em saúde na perspectiva de gerentes da estratégia saúde da família. *Diversitates* 2016; 8(1):5-9.

SILVA AL, SANABRIA AP, SILVA EM, MUSSE JO, SOUZA AM, RODRIGUES ET AL. Planejamento e Programação Local em Saúde (PPLS): uma proposta para desenvolvimento de ações na atenção primária à saúde. *Rev. Saúde Col. UEFS* 2017; 7(2): 8-12.

SENNNA MH. ANDRADE SR. Indicadores e informação no planejamento local em saúde: visão dos enfermeiros da Estratégia Saúde da Família. *Texto Contexto Enferm*, 2015; 24(4): 950-8.

VILARINS, G. C. M.; SHIMIZU, H. E.; GUITIERREZ, M. M. U. A Regulação em Saúde: aspectos conceituais e operacionais. *Saúde em Debate*. Rio de Janeiro, v. 36, n. 95, p. 640-647. 2012.

<b>Componente Curricular 05</b>	<b>Carga Horária Total</b>
Saúde Baseada em Evidências	15h
<b>EMENTA</b>	
Estudo dos princípios teóricos e metodológicos da prática em saúde baseada em evidência, com ênfase no acesso, avaliação crítica, classificação de nível de evidência e validação das informações científicas para tomada de decisão em saúde.	
<b>REFERÊNCIAS</b>	

Bibliografia Básica:

FARIA, L.; OLIVEIRA-LIMA, J. A.; ALMEIDA-FILHO, N. Medicina baseada em evidências: breve aporte histórico sobre marcos conceituais e objetivos práticos do cuidado. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.28, n.1, jan.-mar. 2021

MARTINBIANCO, A. L. C.; RIERA, R. Saúde Baseada em Evidência: Conceitos, Métodos e Aplicação Prática. São Paulo: Atheneu, 2022.

SCHNEIDER, L. R.; PEREIRA, R. P. G; FERRAZ, L. A prática baseada em evidência no contexto da Atenção Primária à Saúde. Saúde em Debate [online]. 2018, v. 42, n. 118, pp. 594-605.

Bibliografia Complementar:

DONATO, H.; DONATO, M. Stages for Undertaking a Systematic Review. Acta Med Port [Internet], 2019 Mar. 29, 32(3):227-35.

PEREIRA A.L.; BACHION, M. M. Atualidades em revisão sistemática de literatura, critérios de força e grau de recomendação de evidência. Rev Gaucha Enferm. 2006 Dez; 27(4):491-8.

SCHNEIDER, L. R.; PEREIRA, R. P. G; FERRAZ, L. Prática Baseada em Evidências e a análise sociocultural na Atenção Primária. Physis: Revista de Saúde Coletiva [online]. v. 30, n. 02, 2020.

SOUZA, C. C. Prática baseada em evidências na atenção primária em saúde: estudo realizado em Unidades Básicas de Saúde no município do Rio de Janeiro. 2024. 73 f. Dissertação (Mestrado em Informação e Comunicação em Saúde). Fundação Oswaldo Cruz, Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde.

WANNMACHER, L.; FUCHS, F.D. Conduta terapêutica embasada em evidências. Rev. Assoc. Med. Bras. [online]. 2000, vol.46, n.3.

<b>Componente Curricular 06</b>	<b>Carga Horária Total</b>
Epidemiologia I	15h

## EMENTA

O desenvolvimento do processo de reconhecimento da realidade por meio de instrumentais epidemiológicos: Demografia: população, censo, estimativa, pirâmide populacional, estatísticas vitais. Transição demográfica e epidemiológica. Indicadores de saúde: expressão dos resultados, taxa, coeficiente, razão, proporção e índice. Principais indicadores: definição, usos, limitações. Epidemiologia descritiva. Medidas de efeito e associação em estudos epidemiológicos: razão de prevalências, razão de chances, risco relativo. O conceito de risco em epidemiologia. Fatores de risco e fatores de proteção. Causalidade em epidemiologia.

## REFERÊNCIAS

### Bibliografia Básica:

ALMEIDA-FILHO, N; ROUQUAYROL, MZ. Introdução à Epidemiologia. Rio: Editora Guanabara- Koogan, 2011.

BRASIL. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. Portaria nº 1.130, de 5 de agosto de 2015. Institui a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Criança (PNAISC) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) [Internet]. 2015 [acessado em 22 Maio 2023]. Disponível em: [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2015/prt1130\\_05\\_08\\_2015.html](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2015/prt1130_05_08_2015.html)

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Política nacional de atenção básica. Brasília: Ministério da Saúde; 2017.

FILHO, N. A.; BARRETO, M.L. Epidemiologia & Saúde. Fundamentos, Métodos, Aplicações. Editora Guanabara Koogan. 1ª edição, 2011.

FRANCO, L.J; PASSOS, A. D.C. Fundamentos de Epidemiologia. Editora Manole. 3ª edição, 2021.

GORDIS, L. Epidemiologia. 5a Edição. REVINTER, Rio de Janeiro, 2017.

MEDRONHO, R (Org). Epidemiologia. 2ª. Ed. São Paulo: Atheneu, 2009.  
MERCÁN-HAMANN, E; TAUÍL, PL; COSTA, MP. Terminologia das Medidas e Indicadores em Epidemiologia: Subsídios para uma Possível Padronização da Nomenclatura. Informe Epidemiológico do SUS (9), 4, 273-84, 2000.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DE SAÚDE. Indicadores básicos para a saúde no

Brasil: conceitos e aplicações. Brasília: OPAS, 2008.

PEREIRA, M.G. Epidemiologia: teoria e prática. 6<sup>a</sup>. reimp. Rio de Janeiro: Guanabara-Koogan, 2022.

ROYQUAYROL, M.Z. Epidemiologia & Saúde. Editora MedBook. 8<sup>a</sup> edição, 2023.

ROTHMAN, K.J; GREENLAND, S; LASH, T.L. Epidemiologia Moderna. Editora Artmed. 3<sup>a</sup> edição, 2011.

Bibliografia Complementar:

BRASIL. O novo atlas do desenvolvimento humano no Brasil [Internet]. Brasília: PNUD; 2021 [acessado em 22 Maio 2023]. Disponível em:  
<http://www.atlasbrasil.org.br/acervo/biblioteca>

BARRETO, M. L.; CARMO, E. H. Mudanças em padrões de morbimortalidade: conceitos e métodos. In: MONTEIRO, C. A. (Org.) Velhos e Novos Males da Saúde no Brasil: a evolução do país e de suas doenças. São Paulo: Hucitec, NUPENS, USP, 2003

BRANCO, M.A.F. Informação e saúde: uma ciência e suas políticas em uma nova era. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006.

BRANCO, Maria Alice Fernandes. Sistemas de informação em saúde no nível local. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, June 1996.

DEVER, G.E.A.; CHAMPAGNE, F. A epidemiologia na administração dos serviços de saúde. São Paulo: Pioneira, 1988.

FREITAS, F.P.; PINTO, I.C. Percepção da Equipe de Saúde da Família sobre a utilização do sistema de informação da Atenção Básica SIAB. Rev. Latino-Am. Enfermagem, n.13(4): 547-54, 2005.

IRIART, Jorge Alberto Bernstein e CASTELLANOS, Marcelo Eduardo Pfeiffer. Preconceito, discriminação e exclusão em saúde. Ciência & Saúde Coletiva [online]. v. 28, n. 01 [Acessado 22 Maio 2023] , pp. 4. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1413-81232023281.16802022EN>>. ISSN 1678-4561.

SCHRAMM, JMA, et al. Transição epidemiológica e o estudo da carga de doença no Brasil. Ciência & Saúde Coletiva 2004;9(4):897-908.

VAUGHAN, J.P.; MORROW, R.H. Epidemiologia para municípios: manual de gerenciamento dos distritos sanitários. São Paulo: Editora HUCITEC, 2011.

<b>Componente Curricular 07</b>	<b>Carga Horária Total</b>
Epidemiologia II	15h
<b>EMENTA</b>	
<p>Sistemas de produção de informações epidemiológicas. Papel da informação nos serviços. Informação e processo de decisão em saúde. Sistemas de informações sobre produção de serviços ambulatoriais; sistemas de informação em vigilância epidemiológica. Indicadores relacionados à saúde: uso e limitações. Informação e comunicação em saúde. O E-SUS como uma das estratégias do Ministério da Saúde como forma de qualificar a gestão da informação.</p>	
<b>REFERÊNCIAS</b>	
<p><u>Bibliografia Básica:</u></p> <p>ALMEIDA-FILHO, N.; ROUQUAYROL, M. Z. Introdução à Epidemiologia. Rio: Editora Guanabara- Koogan, 2011.</p> <p>BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Política nacional de atenção básica. Brasília: Ministério da Saúde; 2017.</p> <p>BRASIL. O novo atlas do desenvolvimento humano no Brasil [Internet]. Brasília: PNUD; 2021 [acessado em 22 Maio 2023]. Disponível em:  <a href="http://www.atlasbrasil.org.br/acervo/biblioteca">http://www.atlasbrasil.org.br/acervo/biblioteca</a></p> <p>BARRETO, M. L.; CARMO, E. H. Mudanças em padrões de morbimortalidade: conceitos e métodos. In: MONTEIRO, C. A. (Org.) Velhos e Novos Males da Saúde no Brasil: a evolução do país e de suas doenças. São Paulo: Hucitec, NUPENS, USP, 2003</p> <p>BRANCO, M. A. F. Informação e saúde: uma ciência e suas políticas em uma nova era. Rio</p>	

de Janeiro: Fiocruz, 2006.

BRANCO, M. A. F. Sistemas de informação em saúde no nível local. Cad. Saúde Pública , Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, June 1996.

DEVER, G. E. A.; CHAMPAGNE, F. A epidemiologia na administração dos serviços de saúde. São Paulo: Pioneira, 1988.

FILHO, N. A.; BARRETO, M. L. Epidemiologia & Saúde. Fundamentos, Métodos, Aplicações. Editora Guanabara Koogan. 1<sup>a</sup> edição, 2011.

FRANCO, L. J; PASSOS, A. D. C. Fundamentos de Epidemiologia. Editora Manole. 3<sup>a</sup> edição, 2021.

GORDIS, L. Epidemiologia. 5a Edição. REVINTER, Rio de Janeiro, 2017.

MEDRONHO, R (Org). Epidemiologia. 2<sup>a</sup>. Ed. São Paulo: Atheneu, 2009.

PEREIRA, M. G. Epidemiologia: teoria e prática. 6<sup>a</sup>. reimpr. Rio de Janeiro: Guanabara-Koogan, 2022.

ROYQUAYROL, M. Z. Epidemiologia & Saúde. Editora MedBook. 8<sup>a</sup> edição, 2023.

ROTHMAN, K. J; GREENLAND, S.; LASH, T. L. Epidemiologia Moderna. Editora Artmed. 3<sup>a</sup> edição, 2011.

#### Bibliografia Complementar:

CRUZ, D. M. O.; et al. Inteligência epidemiológica, investimento em tecnologias da informação e as novas perspectivas para o uso de dados na vigilância em saúde. Cadernos de Saúde Pública [online]. v. 40, n. 8 [Acessado 12 Novembro 2024] , e00160523. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0102-311XPT160523>>. ISSN 1678-4464.  
<https://doi.org/10.1590/0102-311XPT160523>.

FREITAS, F. P.; PINTO, I. C. Percepção da Equipe de Saúde da Família sobre a utilização do sistema de informação da Atenção Básica SIAB. Rev. Latino-Am. Enfermagem, n.13, v. 4, p: 547-54, 2005.

IRIART, J. A. B. C.; PFEIFFER, M. E. Preconceito, discriminação e exclusão em saúde. Ciência & Saúde Coletiva [online]. v. 28, n. 01 [Acessado 22 Maio 2023] , pp. 4. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1413-81232023281.16802022>>. ISSN 1678-4561.

MERCHÁN-HAMANN, E.; TAUIL, P. L.; COSTA, M. P. Terminologia das Medidas e Indicadores em Epidemiologia: Subsídios para uma Possível Padronização da Nomenclatura. Informe Epidemiológico do SUS (9), 4, 273-84, 2000.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DE SAÚDE. Indicadores básicos para a saúde no Brasil: conceitos e aplicações. Brasília: OPAS, 2008.

SARAIVAL, I. M.; RAMOS, F. A. S.; DOS SANTOS, G. F.; VETORAZO, J. V. P. Sistemas de informação em saúde, o instrumento de apoio à gestão do SUS: aplicabilidade e desafios. Revista Eletrônica Acervo Enfermagem, v. 9, p. e6418, 4 mar. 2021.

SCHRAMM, J. M. A.; et al. Transição epidemiológica e o estudo da carga de doença no Brasil. Ciência & Saúde Coletiva 2004;9(4):897-908.

VAUGHAN, J. P.; MORROW, R. H. Epidemiologia para municípios: manual de gerenciamento dos distritos sanitários. São Paulo: Editora HUCITEC, 2011

Componente Curricular 08	Carga Horária Total
Vigilância em Saúde	30h
<b>EMENTA</b>	
A disciplina está orientada à compreensão da noção de vigilância em saúde pública como prática estratégica de estado, dos sistemas de vigilância de âmbito local, regional, estadual e federal, dos principais Sistemas de Informação em Saúde relevantes à gestão de sistemas locais de saúde. Para consecução desses propósitos contemplam-se como passos necessários: (1) a compreensão das principais áreas de vigilância (vigilância epidemiológica, vigilância sanitária, vigilância ambiental, vigilância da saúde do trabalhador etc); (2) a compreensão da vigilância como ferramenta para a análise da situação de saúde de coletivos populacionais;	

(3) a compreensão da vigilância como ferramenta para a avaliação epidemiológica de intervenções; (4)a discussão quanto ao uso das informações geradas pelos sistemas de vigilância no processo de definição de prioridades e intervenções em saúde.

## **REFERÊNCIAS**

### Bibliografia Básica:

ALMEIDA-FILHO, N; ROUQUAYROL, M. Z. Introdução à Epidemiologia. Rio: Editora Guanabara- Koogan, 2011.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Coordenação-Geral de Desenvolvimento da Epidemiologia em Serviços. Guia de Vigilância em Saúde : volume único [recurso eletrônico] / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Coordenação-Geral de Desenvolvimento da Epidemiologia em Serviços. – 3<sup>a</sup>. ed. – Brasília : Ministério da Saúde, 2019.740 p. : il

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Articulação Estratégica de Vigilância em Saúde. Guia de Vigilância em Saúde [recurso eletrônico] / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Articulação Estratégica de Vigilância em Saúde. – 5. ed. – Brasília : Ministério da Saúde, 2021.1.126 p. : il

BRASIL. Lei n.8.080 de 19 de setembro de 1990 e Lei 8082 de 1992. Dispõem sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 1990. Seção1, p.18055 - 18059.

ROUQUAYROL, M. Z.; GURGEL, M. epidemiologia e saúde. Editora Medbook, 8<sup>a</sup> ed., 2023.

### Bibliografia complementar

\_\_\_\_\_. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.html](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.html).

\_\_\_\_\_ ; Ministério da Saúde. Guia de Vigilância Epidemiológica, 2021. 5<sup>a</sup> Ed. Brasília, DF.

MACHADO, A. P; SOUZA, M. G. Vigilância em saúde e sua aplicabilidade. 1<sup>a</sup> Ed. Editora Intersaberes, 2019.

MEDRONHO, R (Org). Epidemiologia. 2<sup>a</sup>. Ed. São Paulo: Atheneu, 2009.

OPAS. Módulos de Princípios de Epidemiologia para o Controle de Enfermidades. Módulo 4: vigilância em saúde pública/ Organização Pan-Americana da Saúde. Brasília :Organização Pan-Americana da Saúde ; Ministério da Saúde, 2010.52 p.: il. 7 volumes.

ROZENFELD, S. Fundamentos da Vigilância Sanitária. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 7<sup>a</sup> ed., 2013 .

Componente Curricular 09	Carga Horária Total
Planejamento e Avaliação na Atenção Básica	30h
<b>EMENTA</b>	
Evolução histórica do conceito de Planejamento. Importância do planejamento na Atenção Básica. Pensamento Estratégico e Planejamento Estratégico Situacional. Momento Explicativo. Momento Normativo. Momento Estratégico. Momento Tático-Operacional. Abordagens e usos de avaliação como instrumento de apoio ao processo decisório.	
<b>REFERÊNCIAS</b>	
<u>Bibliografia básica</u>	
BAPTISTA, T. W. de F.; AZEVEDO, C. S.; MACHADO, C. V. Políticas, Planejamento e Gestão em Saúde. Editora FIOCRUZ, 2019.	
BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Política Nacional de Promoção da Saúde: PNPS: Anexo I da Portaria de Consolidação nº 2, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as políticas nacionais de saúde do SUS/ Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2018.	

BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Atenção Básica. Brasília: Ministério da Saúde, 2012. (Série E. Legislação em Saúde) Rede de Pesquisa em APS (org.). Bases para uma Atenção Primária à Saúde integral, resolutiva, territorial e comunitária no SUS: aspectos críticos e proposições. Rio de Janeiro: Abrasco; 2022. E-book.111p.

RIVERA, F.J.U.; ARTMANN, E. Planejamento e gestão em saúde: flexibilidade metodológica e agir comunicativo. Ciência Saúde Coletiva, v.4, n.2, p.355-365, 1999.

RIVERA, F.J.U.; ARTMANN, E. Planejamento e gestão em saúde: histórico e tendências com base numa visão comunicativa. Ciência Saúde Coletiva, v.15, n.5, p. 2265-2274, 2010.

#### Bibliografia complementar

BRASIL. Ministério da Saúde. Manual de planejamento no SUS / Ministério da Saúde, Fundação Oswaldo Cruz. – 1. ed., rev. – Brasília : Ministério da Saúde, 2016. 138 p. : il. – (Série Articulação Interfederativa ; v. 4).

CARDOSO, A.J.C. Elementos construtores do planejamento participativo para as equipes de saúde da família. In: SOUZA, M. de F. de; FRANCO, M. da S.; MENDONÇA, A. V. M. Saúde da família nos municípios brasileiros: os reflexos dos 20 anos no espelho do futuro. Campinas, Saberes, 2014. P.355-421.

FURTADO, J. P. et al. Planejamento e Avaliação em Saúde: entre antagonismo e colaboração. Cad. Saúde Pública, v. 34, n. 7, 2018.

PARENTE, J. R. F. Planejamento participativo em saúde. SANARE, Sobral, 10(1):54-61, 2011.

TAJRA, Sanmya Feitosa. Gestão em Saúde - Noções básicas, práticas de atendimento, serviços e programas de qualidade - Série Eixos. 1ª Ed. Editora Saraiva, 2015.

TEIXEIRA, Carmem Fontes (organizadora). Planejamento em saúde: conceitos, métodos e experiências. Salvador: EDUFBA, 2010. 161 p.

Componente Curricular 10	Carga Horária Total
Educação em Saúde e Práticas Pedagógicas em Serviços de Saúde	15h
<b>EMENTA</b>	

Destaca o campo da informação, da educação e da comunicação em saúde, com ênfase para a interconexão entre eles. Trabalha os conceitos de educação popular. Oportuniza a reflexão e a compreensão das características da produção, disseminação e popularização de conteúdos e de conhecimentos acumulados sobre práticas e modos de viver do campo. Ações estratégicas para a ampliação do acesso dos sujeitos e das populações às ações educativas em saúde, com destaque para a participação comunitária no controle social de políticas públicas de saúde.

## REFERÊNCIAS

### Bibliografia Básica:

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. II Caderno de educação popular em saúde / Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. – Brasília : Ministério da Saúde, 2014. 224 p. : il

BRITO, Pedro Nascimento Araujo; SANTANA, Elôysa Laura Pereira de; MORAIS, Odara Alves; SILVA, José Carlos da; CRUZ, Pedro José Santos Carneiro. O que se tem discutido sobre Educação Popular em Saúde nos últimos anos: uma revisão narrativa da literatura. *Cien Saude Colet* ; 29(6): e12542023, 2024 Jun.

CAPRA, F. O ponto de mutação. São Paulo: Cultura, 2024.

CORREIA, M. V. C. Que controle social? Os Conselhos de Saúde como Instrumento. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; 2004.

CRUZ, Pedro José Santos Carneiro; BRITO, Pedro Nascimento Araujo; SANTANA, Elôysa Laura Pereira de; SILVA, José Carlos da; BARBOSA, Daniella de Souza; MORAES, Odara Alves. Educação popular no SUS: desafios atuais no olhar do Observatório de Educação Popular em Saúde e Realidade Brasileira. *Cien Saude Colet* ; 29(6): e17132023, 2024 Jun.

FITTIPALDI, A. L. DE M.; O'DWYER, G.; HENRIQUES, P.. Educação em saúde na atenção primária: as abordagens e estratégias contempladas nas políticas públicas de saúde. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*, v. 25, p. e200806, 2021.

FREIRE, P. Pedagogia do oprimido. 84a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra; 2019.

PENIDO, A. Educação permanente torna mais efetivo o trabalho do profissional de saúde na Atenção Primária. Fiocruz. Brasília. 2021. Disponível em: <https://www.fiocruzbrasilia.fiocruz.br/educacao-permanente-torna-mais-efetivo-o-trabalho-do-profissional-de-saude-na-atencao-primaria>

Bibliografia Complementar:

BRASIL. Ministério da Saúde. Articulação Nacional de Educação Popular em Saúde. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. Saberes & Práticas: Experiências de Educação Popular em Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2011.

CORREIA, Maria Valéria Costa. Que controle social? Os conselhos de saúde como instrumento. *Rio de Janeiro; Editora FIOCRUZ; 2003. 162 p. tab, graf.* Monography em Pt | ColecionaSUS | ID: biblio-931834 Biblioteca responsável: BR526.1 Localização: BR1719.1; 362.1042 EF, C824q, 2000.

GOMES, Romeu; OLIVEIRA, José Maurício de; SOEIRO, Everton; BEZERRA, Vânia Rodrigues. Intervenções estimuladoras de mudança em cenários de educação na saúde. *Cien Saude Colet* ; 29(6): e19792023, 2024 Jun.

MORIN, E. Educação e complexidade: os setes saberes e outros ensaios. São Paulo: Cortez, 2018.

OGATA, M. N.; SILVA, J. A. M. da.; PEDUZZI, M.; COSTA, M. V.; FORTUNA, C. M; FELICIANO, A. B. Interfaces entre a educação permanente e a educação interprofissional em saúde. *Rev. Esc. Enferm. USP*, v. 55, p. 01-09, São Paulo: 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reeusp/a/K89qghvK3WgSN3pzcdKsZgR>

TEIXEIRA, D.S.C.. Educação permanente em Saúde. In: UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO.UNA-SUS/UFMA. Saúde Bucal na Atenção à Saúde: urgências, doenças transmissíveis, gestantes, puérperas e pessoas com deficiência. São Luís: UNA-SUS/UFMA, 2021.

Componente Curricular 11	Carga Horária Total
Processo de Trabalho na Atenção Básica	20h
<b>EMENTA</b>	
<p>O trabalho multiprofissional na atenção básica em saúde. Princípios, diretrizes e ferramentas norteadoras do processo de trabalho na atenção básica em saúde (PTS – Projeto Terapêutico Singular). Modelos técnico-assistenciais e organização do processo de trabalho na atenção básica. Integralidade e Trabalho em Equipe. Articulação entre os níveis de atenção à saúde. Educação permanente na reorientação dos processos de trabalho, relações de poder e divisão do trabalho. Diretrizes e princípios da Política Nacional de Humanização.</p>	
<b>REFERÊNCIAS</b>	
<p><u>Bibliografia Básica:</u></p> <p>BRASIL, Ministério da Saúde. Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS) Brasília – DF 2018. Anexo I da Portaria de Consolidação nº 2, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as políticas nacionais de saúde do SUS.</p> <p>BRASIL. Ministério da Saúde. Integração Atenção Básica e Vigilância em Saúde. Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2018.</p> <p>BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 2.436, de 21 de setembro de 2017. Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Disponível em: <a href="http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prt2436_22_09_2017.html">http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prt2436_22_09_2017.html</a>.</p> <p>AMARAL, V. S.; OLIVEIRA, D. M.; AZEVEDO, C. V. M.; MAFRA, R. L. M.   Os nós críticos do processo de trabalho na Atenção Primária à Saúde: uma pesquisa-ação. Physis: Revista de Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 31(1), e310106, 2021</p> <p>CAMPOS, G. W. S.; MINAYO M.C.S.; AKERMAN, M.; DRUMOND JUNIOR, M.; CARVALHO, Y.M. (Orgs). Tratado de Saúde Coletiva. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2006. (Pag 247-276 e 319-370).  <a href="https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/articulacao_interfederativa_v4_manual_planejamento_atual.pdf">https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/articulacao_interfederativa_v4_manual_planejamento_atual.pdf</a></p> <p>CARRAPATO, J. F. L.; CASTANHEIRA, E. R. L; PLACIDELI, N. Percepções dos profissionais de saúde da atenção primária sobre qualidade no processo de trabalho. Saúde</p>	

Soc. São Paulo, v.27, n.2, p.518-530, 2018

FERNANDEZ, M. LOTTA, G.; CORRÊA, M.. Desafios para a Atenção Primária à Saúde no Brasil: uma análise do trabalho das agentes comunitárias de saúde durante a pandemia de Covid-19. Trabalho, Educação e Saúde, v. 19, 2021, e00321153.

PEDUZZI, M. Equipe Multiprofissional de Saúde: Conceito e Tipologia. Rev. Saúde Pública v.35 n.1 São Paulo fev. 2001.

RIBEIRO, A. A.; GIVIZIEZ, C. R.; COIMBRA E. A. R.; SANTOS, J. D. D.; PONTES, J. E. M.; LUZ, N. F.; ROCHA, R. O.; COSTA, W. L. G. Interprofissionalidade na atenção primária: intencionalidades das equipes versus realidade do processo de trabalho. Esc Anna Nery 2022;26:e20210141

Bibliografia Complementar:

ARAÚJO, A. C.; VIEIRA, L. J. E. S.; FERREIRA JÚNIOR, A. R.; PINTO, A. G. A.; FREITAS, K. M.; RIBEIRO, C. L. Processo de trabalho para coordenação do cuidado na Estratégia de Saúde da Família. Esc Anna Nery 2023;27:e20220330

AYRES, J. R. C. M. Organização das ações de atenção à saúde: modelos e práticas. Saúde e Sociedade, São Paulo, v. 18, supl. 2, p. 11-23, 2009.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria no. 154, de 24 de janeiro de 2008. Aprova o Núcleo de Apoio à Saúde da Família. Brasília, 2009.

CAMPOS, G.W de S. Saúde Pública e Saúde Coletiva: campo e núcleo de saberes e práticas. Ciência Saúde Coletiva, v.5, n. 2, 2000. Disponível em:  
<http://www.scielo.br/pdf/csc/v5n2/7093.pdf>.

PIRES, D. E. P, Forte ECN, Melo TAP de, Machado CN, Castro CD de, Amadigi FR. Enfermeiros e médicos na estratégia saúde da família: cargas de trabalho e enfrentamento. Cogitare enferm. 2020

GLERIANO, J. S.; ZAIAS, P. C. L.; BORGES, A. P.; LICIETTO, G. C.; BALDERRAMA, P.; TEIXEIRA, V. M.; et al. Processo de trabalho: percepção da equipe de saúde da família. Rev enferm UFPE on line. 2019;13:e240566

GIOVANELLA, L.; FRANCO, C.M.; ALMEIDA, P.F. Política Nacional de Atenção Básica: para onde vamos? Ciênc. Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 25, n. 4, p. 1475-82, abr. 2020. Disponível em:  
<https://www.scielo.br/j/csc/a/TGQXJ7ZtSNT4BtZJgxYdjYG/?lang=pt&format=pdf>.

GUIMARÃES, E. M. S. Expressões conservadoras no trabalho em saúde: a abordagem familiar e comunitária em questão. Serv. Soc. Soc., Dez 2017, no.130, p.564-582.

MARTINS, A. R., PEREIRA, D. B., NOGUEIRA, M. L. S., PEREIRA, C. S., SCHRADER,

G.; THOFERHN, M. B. Relações interpessoais, equipe de trabalho e seus reflexos na atenção básica. *Revista Brasileira de Educação Médica*, 36(1, supl. 2), 6-12, 2012.

MENDES, E. V. Desafios do SUS. Conselho Nacional de Secretários de Saúde – CONASS Brasília, 2019. (Pag 191-220). Disponível em: <https://www.conass.org.br/biblioteca/desafios-do-sus/>

MELO EA; MENDONÇA MHM; OLIVEIRA JRO; ANDRADE, GCL. Mudanças na Política Nacional de Atenção Básica: entre retrocessos e desafio. *SAÚDE DEBATE | RIO DE JANEIRO*, V. 42, número especial 1, p. 38-51, setembro, 2018.

MOROSINI, MVGC; CORBO, AMD; GUIMARÃES, C. O Agente Comunitário de Saúde no Âmbito das Políticas Voltadas para a Atenção Básica: concepções do Trabalho e da Formação Profissional. In: FONSECA, AF e STAUFFER, AB (org). *O Processo Histórico do Trabalho em Saúde*. Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, FIOCRUZ, 2007.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA (UFSC). Centro de Ciências da Saúde. Curso de Especialização Multiprofissional na Atenção Básica – Modalidade a Distância. Processo de trabalho na atenção básica [recurso eletrônico]. Josimari Telino de Lacerda, Rodrigo Otávio Moretti-Pires (Organizadores). 2. ed. — Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2016. Acesso: <https://unascus.ufsc.br/atencaobasica/files/2017/10/Processo-de-Trabalho-na-Atenção-Básica-ilovepdf-compressed.pdf>

<b>Componente Curricular 12</b>	<b>Carga Horária Total</b>
Atenção Multidisciplinar à Saúde da Criança e do Adolescente	25h
<b>EMENTA</b>	
Abordagem integral à saúde da criança e do adolescente; humanização da assistência; trabalho interdisciplinar em equipe; a criança e o adolescente, o meio ambiente e a família; crescimento e desenvolvimento infanto-juvenil; alimentação e saúde bucal; evidências para o acompanhamento clínico de puericultura; cuidados nos principais agravos da saúde da criança; experiências exitosas do trabalho interdisciplinar na atenção básica à saúde da criança e adolescente.	

## REFERÊNCIAS

### Bibliografia Básica:

Ministério da Saúde (BR). Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Caderneta da Criança. Brasília: DF; 2024. Disponível: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/s/saude-da-crianca/caderneta> Acesso em: 03 dez 2024

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Primária à Saúde. Departamento de Promoção da Saúde. Diretrizes e recomendações do guia alimentar para crianças brasileiras menores de 2 anos. Brasília : Ministério da Saúde, 2024. Disponível em: [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/diretrizes\\_recomendacoes\\_guia\\_alimentar\\_criancas.pdf](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/diretrizes_recomendacoes_guia_alimentar_criancas.pdf) Acesso em 03 de dez 2024

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº1.130 de 5 de agosto de 2015. Dispõe da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Criança (PNAISC) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Disponível em: [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2015/prt1130\\_05\\_08\\_2015.html](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2015/prt1130_05_08_2015.html). Acesso em 05 de maio 2023

BRASIL. Ministério da Saúde. Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas | Coordenação Geral de Saúde da Criança e Aleitamento Materno. Programa Criança Feliz: A intersetorialidade na visita domiciliar. Brasília: DF, 2017. Disponível em: [https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/crianca\\_feliz/A\\_intersetorialidade\\_na\\_visit\\_a\\_domiciliar.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/crianca_feliz/A_intersetorialidade_na_visit_a_domiciliar.pdf) Acesso 03 dez 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas. Metodologias para o cuidado de crianças, adolescentes e famílias em situação de violências / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas. Brasília: Ministério da Saúde, 2014. 86 p. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/s/saude-da-crianca/publicacoes/>. Acesso em 05 de maio 2023

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Manual de vigilância do óbito infantil e fetal e do Comitê de Prevenção do Óbito Infantil e Fetal / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde. – 2. ed. – Brasília : Ministério da Saúde, 2009. 96 p. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/s/saude-da-crianca/publicacoes/> Acesso em 05 de maio 2023

### Bibliografia Complementares:

ARAUJO, J. P.; VIERA, C. S.; Oliveira, B. R. G.; GAÍVA, M. A.; RODRIGUES, R. M. Assessment of the essential attributes of Primary Health Care for children. Rev Bras Enferm

[Internet]. 2018;71(Suppl 3):1366-72.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos Lei Nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, 1990. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/crianca-e-adolescente/publicacoes/o-estatuto-da-crianca-e-do-adolescente#:~:text=O%20Estatuto%20da%20Crian%C3%A7a%20e%20do%20Adolescente%2C%20Lei%20Federal%20n%C2%BA,priorit%C3%A1ria%20por%20parte%20da%20fam%C3%A3ADlia%2C>. Acesso 28 Mai. 2012.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Saúde da criança: crescimento e desenvolvimento. Departamento de Atenção Básica. – Brasília: Ministério da Saúde, 2012. 272. Cadernos de Atenção Básica, nº 33. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/s/saude-da-crianca/publicacoes/>

OLIVEIRA, Bruno Luciano Carneiro Alves de; MOREIRA, Jessica Pronestino Lima; LUIZ, Ronir Raggio. A influência da Estratégia Saúde da Família no uso de serviços de saúde por crianças no Brasil: análise com escore de propensão dos dados da Pesquisa Nacional de Saúde. Ciência & Saúde Coletiva, v. 24, p. 1495-1505, 2019.

REICHERT, A. P. S.; SOARES, A. R.; BEZERRA, I. C. S.; PEDROSA, R. K. B.; FRANCA, D. B. L.; VIEIRA, D. S. Situação Vacinal de Crianças Cadastradas em Equipes de Saúde da Família. *R Pesq Cuid Fundam* [Internet]. 2022;14:e11398. Disponível em: <https://doi.org/10.9789/2175-5361.rpcfo.v14.11398>

ROSOLEM, Letícia Helena et al. Caderneta de saúde da criança: coordenação do cuidado e acesso à saúde. Cogitare Enfermagem, v. 24, 2019.

SILVA, George Sobrinho; FERNANDES, Daisy de Rezende Figueiredo; ALVES, Cláudia Regina Lindgren. Avaliação da assistência à saúde da criança na Atenção Primária no Brasil: revisão sistemática de métodos e resultados. Ciência & Saúde Coletiva, v. 25, n. 8, p. 3185-3200, 2020.

SOARES, A. R.; GUEDES, A. T. A.; VIEIRA, D. S.; PEDROSA, R. K. B.; TOSO, B. R. G. O.; COLLET, N.; et al. Perception and use of the Child's Health Handbook by professionals and mothers: an interactionist approach. Rev Rene. 2022;23:e81191.

**Componente Curricular 13**

**Carga Horária Total**

Atenção Multidisciplinar à Saúde da Mulher	30h
<b>EMENTA</b>	
Abordagem integral à saúde da mulher; humanização da assistência; trabalho interdisciplinar em equipe; Atenção Integral à Saúde da Mulher no Planejamento Reprodutivo, Ciclo Gravídico-Puerperal; cuidados nas principais queixas e agravos ginecológicos; Atenção Integral à Saúde Mulher no Climatério e na Menopausa; Experiências exitosas do trabalho interdisciplinar na atenção básica.	
<b>REFERÊNCIAS</b>	
<p><u>Bibliografia básica</u></p> <p>BRASIL. Ministério da Saúde. Protocolos da Atenção Básica : Saúde das Mulheres / Ministério da Saúde, Instituto Sírio-Libanês de Ensino e Pesquisa – Brasília : Ministério da Saúde, 2016. 230 p.</p> <p>BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Atenção ao pré-natal de baixo risco [recurso eletrônico] / Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. – 1. ed. rev. – Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2013. 318 p.:</p> <p>BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Política nacional de atenção integral à saúde da mulher: princípios e diretrizes / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. – Brasília: Ministério da Saúde, 2004. 82 p.</p> <p>JÚNIOR, J. C. F.; et al. A influência dos sintomas climatéricos na saúde da mulher. <i>Nursing</i> (São Paulo), v. 23, n. 264, p. 3996-4007, 2020.</p> <p>REZENDE FILHO, J.; MONTENEGRO, C. A. <i>Rezende – Obstetrícia Fundamental</i>. 15. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2024.</p> <p><u>Bibliografia complementar</u></p> <p>BEZERRA, S. M.; SOBREIRA, E. N. S.; GREGÓRIO, M. do S. C.; MORAIS, F.; LIMA, C. L. S.; ANDRADE, C. S. G. C.; CRUZ, I. F.; SANTOS, S. S. G.; RIBEIRO, K. S. C.; UCIMA, V. H.; GREGÓRIO, R. G. D.; SANTOS, A. L.; JUNIOR, C. A. C. S.; SILVA, K. L.; TOBIAS, L. M. C.; SOUZA, R. A.; OLIVEIRA, S. R. de. Avanços e desafios das</p>	

políticas públicas relacionadas à saúde da mulher no Brasil. *Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences*, [S. l.], v. 6, n. 5, p. 106–123, 2024. DOI: 10.36557/2674-8169.2024v6n5p106-123. Disponível em: <https://bjih.scielo.br/bjih/article/view/2005>.

SANTANA, T. D. B.; et al. Avanços e desafios da concretização da política nacional da saúde da mulher: reflexão teórica. *Revista de Atenção à Saúde*, v. 17, n. 61, 2019. Disponível em: [https://seer.uscs.edu.br/index.php/revista\\_ciencias\\_saude/article/view/6012](https://seer.uscs.edu.br/index.php/revista_ciencias_saude/article/view/6012)

SILVA, L. C. da; EDUARDO, A. P.; NOGUEIRA, G. C.; MELO, J. L. do N.; PONTES, M. T. G.; PALMEIRA, S. P.; MACHADO, S. R. E.; SILVA, S. M. A. da. Política nacional de atenção integral à saúde da mulher: revisão de literatura. *Europub Journal of Health Research*, [S. l.], v. 5, n. 1, p. 75–93, 2024. DOI: 10.54747/ejhrv5n1-005. Disponível em: <https://ojs.europubpublications.com/ojs/index.php/ejhr/article/view/4249>

SOUTO, K.; MOREIRA, M. R. Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher: protagonismo do movimento de mulheres. *Saúde em Debate*, v. 45, p. 832-846, 2021.

TAUFFER, J.; et al. Perfil dos casos de violência interpessoal e/ou autoprovocada atendidos em um hospital público do Paraná, 2014 a 2018. *Revista de Epidemiologia e Controle de Infecção*, v. 10, n. 1, p. 08-14, 2020.

Componente Curricular 14	Carga Horária Total
Atenção Multidisciplinar à Saúde do Adulto	30h
<b>EMENTA</b>	
Abordagem integral à saúde do adulto; humanização da assistência; trabalho interdisciplinar em equipe; Atenção integral à saúde do adulto na atenção básica; atenção integral aos usuários com doenças crônicas não transmissíveis e doenças transmissíveis; experiências exitosas do trabalho interdisciplinar na atenção básica – saúde do adulto.	
<b>REFERÊNCIAS</b>	

### Bibliografia básica

ALMEIDA, Ana Isabella Sousa; RIBEIRO, José Mendes; BASTOS, Francisco Inácio. Análise da política nacional de DST/Aids sob a perspectiva do modelo de coalizões de defesa. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 27, p. 837-848, 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Análise em Saúde e Vigilância de Doenças Não Transmissíveis. Plano de Ações Estratégicas para o Enfrentamento das Doenças Crônicas e Agravos não Transmissíveis no Brasil 2021-2030 [recurso eletrônico] / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Análise em Saúde e Vigilância de Doenças Não Transmissíveis. – Brasília : Ministério da Saúde, 2021. 118 p.

POTTER, P. A.; PERRY, A.G. Fundamentos de Enfermagem. 9. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan; 2018.

PASSOS, V. C. S.; VOLPATO, A. C. B. Técnicas Básicas de Enfermagem. 5. ed. São Paulo: Martinari; 2018.

NETTINA, S M. Prática de enfermagem. 11. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan; 2021.

SILVA, G.T.R.; SILVA, S. R. L. P. T. Manual do Técnico e Auxiliar de Enfermagem. 3. ed. São Paulo: Martinari; 2020.

LIMA, I. L.; MATÃO, M. E. L.; PEREIRA, F. G. Manual do Técnico e Auxiliar em enfermagem. 12. ed. Goiânia: AB; 2022.

### Bibliografia complementar

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Política Nacional de Humanização. Atenção Básica / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Política Nacional de Humanização. – Brasília: Ministério da Saúde, 2010. 256 p.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Vigilância em Saúde. Dengue, esquistossomose, hanseníase, malária, tracoma e tuberculose. Brasília, 2008. 2.ª edição. revisada (Cadernos de Atenção Básica, 21).

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Hipertensão arterial sistêmica para o Sistema Único de Saúde / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – Brasília : Ministério da Saúde, 2014. 130 p.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Diabetes Mellitus / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – Brasília : Ministério da Saúde, 2006. 64 p.

CAMPOS, G. W. S.; BONFIM, J. R. A.; MINAYO M. C. S.; AKERMAN, M.; DRUMOND-JÚNIOR, M.; CARVALHO, Y. M. Tratado de Saúde Coletiva. 2. ed. revista e aumentada. São Paulo: Hucitec; 2017.

COELHO, B.; MEIRELLES, B, H. S. Compartilhamento do cuidado da pessoa com HIV/Aids: olhar direcionado ao adulto jovem. *Revista Brasileira de Enfermagem*, v. 72, p. 1341-1348, 2019.

HINKLE, J. L.; CHEEVER, K. H. Brunner & Suddarth: Tratado de Enfermagem Médico-Cirúrgica. 2 vols. 14 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan; 2020.

PINTO, Juliana Rosa Ribeiro; COSTA, Flávia Nunes. Consumo de produtos processados e ultraprocessados e o seu impacto na saúde dos adultos. *Research, Society and Development*, v. 10, n. 14, p. e568101422222-e568101422222, 2021.

Componente Curricular 15	Carga Horária Total
Atenção Multidisciplinar à Saúde do Homem	15h
<b>EMENTA</b>	
Abordagem integral à saúde do homem na atenção básica, principais doenças e agravos a saúde do homem (causas externas, alcoolismo e tabagismo); humanização da assistência; indicadores epidemiológicos de morbidade e mortalidade na população masculina. Trabalho interdisciplinar em equipe; Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem; experiências exitosas do trabalho interdisciplinar na atenção básica – saúde do homem.	
<b>REFERÊNCIAS</b>	
<u><a href="#">Bibliografia básica</a></u>	
BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem: Princípios e diretrizes. Brasília, DF, 2009.	
ELZA BERGER SALEMA COELHO, E. B. S. [et al]. Política nacional de atenção integral à saúde do homem [recurso eletrônico]. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2018.	
OLIVEIRA, R. A.; MOURA, F.; FIGUEIREDO FILHO, R. T.; ALVARENGA, C.; JULIO JUNIOR, H. R. Manual Prático da Saúde do Homem: indo além da Testosterona. 1. ed. Rio	

de Janeiro: Editora Rubio; 2022.

Bibliografia complementar

BATISTA, J. F. C.; et al. Morbidade por causas externas como fator de internação hospitalar no Brasil em 2019. *Caderno de Graduação-Ciências Biológicas e da Saúde-UNIT-SERGIPE*, v. 6, n. 3, p. 109-109, 2021.

HEMMI, A. P. A.; BAPTISTA, T. W. F.; REZENDE, M. O processo de construção da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, v. 30, p. e300321, 2020.

INCA. Instituto Nacional do Câncer José Alencar Gomes da Silva. Câncer de próstata: vamos falar sobre isso? / Instituto Nacional do Câncer José Alencar Gomes da Silva. – 2<sup>a</sup> reimp. Rio de Janeiro: Inca, 2019. 12 p.

SOUZA, L. P. et al. A saúde do homem e atenção primária à saúde: revisão integrativa. *Revista de APS*, v. 23, n. 3, 2020.

NUNES, A. B. et al. Os desafios na inserção do homem nos serviços de saúde da atenção primária. *Brazilian Journal of Health Review*, v. 3, n. 2, p. 3021-3032, 2020.

MARQUES, V. R. S. O acolhimento como vertente de humanização na atenção à saúde do homem. *Rev Científ Inst Ideia*, v. 1, n. 8, p. 191-9, 2019.

OLIVEIRA, V. B.; AGUIAR, R. S. Conhecimento da política de saúde do homem e a relação com a atenção integral à saúde. *Saúde Coletiva* (Barueri), v. 10, n. 55, p. 2985-3002, 2020.

Componente Curricular 16	Carga Horária Total
Atenção Multidisciplinar à Saúde do Idoso	15h
<b>EMENTA</b>	

Abordagem integral à saúde do idoso; aspectos biopsicossociais envolvidos no processo de envelhecimento; ações do cuidado nos principais agravos da saúde do idoso; experiências exitosas do trabalho multidisciplinar na atenção básica na saúde do idoso; políticas públicas de atenção à população idosa brasileira no âmbito da saúde.

## **REFERÊNCIAS**

### Bibliografia básica

BRASIL, Ministério da Saúde. Orientações técnicas para a implementação de Linha de Cuidado para a Atenção Integral à Pessoa Idosa no Sistema Único de Saúde - SUS. Capítulos 3 e 4. Brasília, DF, 2018.

BRASIL, Ministério da Saúde. Diretrizes para o Cuidado das Pessoas Idosas no SUS: Proposta de Modelo de Atenção Integral. 2014. 46p. Disponível em:  
[http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/diretrizes\\_cuidado\\_pessoa\\_idosa\\_sus.pdf](http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/diretrizes_cuidado_pessoa_idosa_sus.pdf)

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas. Atenção à saúde da pessoa idosa e envelhecimento. Brasília: Ministério da Saúde, 2010.

BRASIL. Ministério da Saúde. Caderno de atenção básica: Envelhecimento e Saúde da Pessoa Idosa. Nº19; 2006. Disponível em:  
[http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/envelhecimento\\_saude\\_pessoa\\_idosa.pdf](http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/envelhecimento_saude_pessoa_idosa.pdf).

BRASIL. Lei nº 10.741, de 01 de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto da Pessoa Idosa e dá outras providências. Disponível em:  
em:[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/L10.741.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.741.htm)

### Bibliografia complementar

AMORIM, R. F.; PEDREIRA, L. C.; MARTINEZ, B. P.; GOMES, N. P.; SAMPAIO, R. dos S.; DAMASCENO, A. G. de J. Intervenções para a promoção da funcionalidade da pessoa idosa na transição hospital-domicílio: revisão integrativa. *Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia*, v. 27, 2024. DOI: 10.1590/1981-22562024027.230227.pt

QUEIROZ, S. M. de; VIEIRA, J. M.; CORRÊA, K. C. P.; SANTOS, L. R. dos. Depressão do idoso na atenção primária. *Research, Society and Development*, [S. l.], v. 13, n. 11, p. e46131147197, 2024. DOI: 10.33448/rsd-v13i11.47197. Disponível em:  
<https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/47197>.

SILVA, M. R. F. e; SILVA, M. J. A. Envelhecimento e políticas públicas na América Latina e no Brasil: desafios e perspectivas. *Oikos: Família e Sociedade em Debate*, v. 35, n. 2, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.31423/oikos.v35i2.15263>.

CÔRTE, B. et al. Determinantes da atenção aos idosos pela rede pública de saúde, hoje e em 2030: o caso da Região Metropolitana de São Paulo. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v.26, n. 3, p. 690-701, set. 2017. Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010412902017000300690&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010412902017000300690&lng=pt&nrm=iso)

DAMASCENO, C. K. C. S.; SOUSA, C. M. M. Análise sobre as políticas públicas de atenção ao idoso no Brasil. *Revista Interdisciplinar*, v. 9, n. 3, p. 185-190, jul. ago. set. 2016 Disponível em: <https://revistainterdisciplinar.uninovafapi.edu.br/index.php/revinter/article/view/985>

MENEZES JN; COSTA MDPM; IWATA ACDNS; DE ARAUJO PM; OLIVEIRA LG; DE SOUZA CGD, et al. A visão do idoso sobre o seu processo de envelhecimento. *Rev Contexto Saúde*. 2018;18(35):8-12.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. Relatório Mundial de Envelhecimento e Saúde. Genebra: OMS; 2015. Disponível em: <https://sbgg.org.br/wp-content/uploads/2015/10/OMS-ENVELHECIMENTO-2015-port.pdf>.

PEREZ, C.F.A.; TOURINHO, F.S.V.; JÚNIOR, P.M.C. Competências no processo de formação do enfermeiro para o cuidado ao envelhecimento: revisão integrativa. *Texto Contexto Enferm*, v. 25, n.4, 2016.

Componente Curricular 17	Carga Horária Total
Conduta Terapêutica Multidisciplinar	15h
<b>EMENTA</b>	
Projeto integrador com visita em unidade de saúde da família para construção de projeto terapêutico singular por uma equipe multidisciplinar.	

## REFERÊNCIAS

### Bibliografia Básica

- BAGRICHESKY, MARCOS; ESTEVÃO, ADRIANA. Saúde coletiva: dialogando sobre interfaces temáticas. In: Saúde coletiva: dialogando sobre interfaces temáticas. 2ª ed., 2019. 592 p. Disponível em: <[https://editora.ifc.edu.br/wpcontent/uploads/sites/33/2019/11/Livro\\_Sa%C3%BAdeColetiva.DialogandoSobreInterfacesTem%C3%A1ticas2a.Edi%C3%A7%C3%A3o\\_2019\\_PROTEGIDO-3.pdf](https://editora.ifc.edu.br/wpcontent/uploads/sites/33/2019/11/Livro_Sa%C3%BAdeColetiva.DialogandoSobreInterfacesTem%C3%A1ticas2a.Edi%C3%A7%C3%A3o_2019_PROTEGIDO-3.pdf)>.
- BARROS, J. A. C. Pensando o processo saúde doença: a que responde o Modelo Biomédico? Saúde e Sociedade, São Paulo, v. 11, n. 1, p. 67-84, 2012
- BATISTA, NA. Educação interprofissional em saúde: concepções e práticas. Caderno FNEPAS. 2012; 2:25-8. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4298824/mod\\_resource/content/1/educacao\\_interprofissional.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4298824/mod_resource/content/1/educacao_interprofissional.pdf).
- BRASIL. Clínica ampliada, equipe de referência e projeto terapêutico singular. 2a ed. Brasília: Ministério da Saúde; 2007. Disponível em: [http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/clinica\\_ampliada\\_2ed.pdf](http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/clinica_ampliada_2ed.pdf).
- CAMPOS, GASTÃO WAGNER DE SOUSA. Projeto terapêutico e estratégias de promoção em situação de apoio matricial. In: CAMPOS, Gastão Wagner de Sousa, et al. Investigação sobre cogestão, apoio institucional e apoio matricial no SUS. São Paulo: Hucitec: Fapesp, 2017. 16.
- CANGUILHEM, G. O normal e o patológico. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1990.
- CZERESNIA, D.; FREITAS, C. M. de. (Orgs.). Promoção da Saúde: conceitos, reflexões e tendências. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2003.
- DIAS, LC. Abordagem familiar. In: Gusso G, Lopes JMC, Dias LC. Tratado de medicina de família e comunidade: princípios, formação e prática. 2a ed. Porto Alegre: Artmed, 2019.
- DUARTE, AFRÂNIA HEMANUELLY CASTANHO. O acolhimento em saúde no espaço de rua: estratégias de cuidado do consultório na rua. Textos & Contextos (Porto Alegre), v. 18, n. 2, p. 1-14, jul./dez. 2019.

### Bibliografia Complementar

- FREITAS, Renata Mendes de (Org.). Saúde Coletiva: uma abordagem multidisciplinar 2.

Atena Editora. 2021.

JUNIOR, F. C. F. V.; ARAGÃO, S. M. L.; MOREIRA, Y. S. Condutas Clínicas em Atenção Primária à Saúde. Editora Amplla. 2021.

MAEYAMA, M. A.; et al. Promoção da saúde como tecnologia para transformação social. Revista Brasileira de Tecnologias Sociais, Itajaí, v. 2, n. 2, p. 129-143, 2015.

MORETTI-PIRES, R. O.; CAMPOS, D. A. Equipe multiprofissional em Saúde da Família: Do documental ao empírico no interior da Amazônia. Revista Brasileira de Educação Médica, 34(3), 379-389, 2010.

OGATA, M. N.; SILVA, J. A. M.; PEDUZZI, M.; COSTA, M. V.; FORTUNA, C. M.; FELICIANO, A. B. Interfaces between permanent education and interprofessional education in health. Rev Esc Enferm USP. 2021;55:e03733. doi: 10.1590/ S1980-220X2020018903733.

PELLEGRINI, A.; BUSS, P. A saúde e seus determinantes sociais. Physis - Revista de Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, p.77-93, 2007

TEIXEIRA, C. F.; VILASBÔAS, A. L. Q. Modelos de atenção à saúde no SUS: transformação, mudança ou conservação. Paim JS, Almeida-Filho N. Saúde coletiva: teoria e prática. Rio de Janeiro: MedBook, 2014.

Componente Curricular 18	Carga Horária Total
Orientação de Trabalho Final de Curso	15h
<b>EMENTA</b>	
O conhecimento e o método científico; abordagem qualitativa, quantitativa e mista; revisões da literatura: tipos e usabilidade; tipos de estudo quantitativos e qualitativos; a escrita científica e a construção do artigo científico.	
<b>REFERÊNCIAS</b>	
<u>Bibliografia Básica:</u>	
CRESWELL, J. W. Projeto de Pesquisa: Métodos Qualitativo, Quantitativo e Misto (segunda edição). Porto Alegre: Bookman / Artmetd. 2007	
GIL, A.C. Como elaborar projetos de pesquisa. 6 <sup>a</sup> ed. São Paulo: Atlas, 2017.	

KOLLER, S.H.; COUTO, M.C.P.P.; HODENDORFF, J.V. Manual de produção científica. Porto Alegre: penso, 2014.

POLIT, D.F. Fundamentos de pesquisa em enfermagem. 7<sup>a</sup> ed. Porto alegre: Artmed, 2011.

MARCONI, M.A.; LAKATOS, E.M. Fundamentos de metodologia científica. 8<sup>a</sup> ed. São Paulo: Atlas, 2022.

NASCIMENTO, Luiz Paulo do. Elaboração de projetos de pesquisa : monografia, dissertação, tese e estudo de caso, com base em metodologia científica / Luiz Paulo do Nascimento. São Paulo : Cengage Learning, 2012.

VIEIRA, S. Metodologia científica para a área de saúde / Sonia Vieira, William Saad Hossne. – 3. ed. – Rio de Janeiro : GEN | Grupo Editorial Nacional S/A. Publicado pelo selo Editora Guanabara Koogan Ltda., 2021. 248 p.

#### Bibliografia Complementar:

CALEMAN, G. et al. Projeto aplicativo: termos de referência 1. ed., 1 reimpr. --São Paulo: Instituto Sírio-Libanês de Ensino e Pesquisa; Ministério da Saúde, 2016. 54p.

JOSIMARI, T. L. et al. Planejamento na atenção básica. Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina, 2016.

MINAYO, Maria Cecilia de Souza. Ética das pesquisas qualitativas segundo suas características. *Revista Pesquisa Qualitativa*, [S. l.], v. 9, n. 22, p. 521–539, 2021. DOI: 10.33361/RPQ.2021.v.9.n.22.506. Disponível em: <https://editora.sepq.org.br/rpq/article/view/506>. Acesso em: 12 nov. 2024.

SILVA, A. da; DEMO, D.; DE SOUZA MINAYO, C. Vieses manhosos de uma academia que acha não os ter. *REVISTA ELETRÔNICA PESQUISEDUCA*, [S. l.], v. 13, n. 29, p. 32–65, 2021. DOI: 10.58422/repesq.2021.e1044. Disponível em: <https://periodicos.unisantos.br/pesquiseduca/article/view/1044>. Acesso em: 12 nov. 2024.

## ANEXO II - CARGA HORÁRIA DOCENTE

Docente	Disciplin a	Instituiçã o	Carga Horária Total
Amanda Haíssa Barros Henriques	Atenção Multidisciplinar à Saúde do Idoso	IFPB	30
	Condutas Terapêuticas		
Cecília Danielle Bezerra Oliveira	Atenção Multidisciplinar à Saúde da Mulher	IFPB	30
Clarice César Marinho Silva	Epidemiologia I	IFPB	30
	Atenção Multidisciplinar à Saúde do Homem		
Daniele de Souza Vieira	Processo de Trabalho na Atenção Básica	IFPB	45
	Atenção Multidisciplinar à Saúde da Criança		
Edivania Felix dos Santos	Atenção Multidisciplinar à Saúde do Adulto	IFPB	30
Danilo Augusto de Holanda Ferreira	Epidemiologia II	IFPB	45
	Vigilância em Saúde		
Dione Marques Figueiredo Guedes Pereira	Redes de Atenção à Saúde	IFPB	30
	Educação em Saúde e Práticas Pedagógicas em Serviços de Saúde		
Iria Raquel Borges Wiese	Saúde e Sociedade I	IFPB	30
Lucilla Vieira Carneiro Gomes	Análise Situacional em saúde	IFPB	15

Daiane Medeiros da Silva	Planejamento e Avaliação na Atenção Básica	IFPB	30
Maria Tereza de Souza Neves da Cunha	Saúde e Sociedade II	IFPB	30
	Saúde Baseada em Evidências		
Zoraida Almeida de Andrade Arruda	Orientação de Trabalho Final de Curso	IFPB	15